
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS

LI JIABEI

UM ESTUDO COMPARATIVO DA COOPERAÇÃO DA CHINA
E DO BRASIL COM ANGOLA

Porto Alegre

2020

LI JIABEI

**UM ESTUDO COMPARATIVO DA COOPERAÇÃO DA CHINA
E DO BRASIL COM ANGOLA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva.

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Li, Jiabei
Um estudo comparativo da cooperação da China e do
Brasil com Angola / Jiabei Li. -- 2020.
64 f.
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Política externa. 2. Cooperação sino-angolana.
3. Cooperação Brasil-Angola. 4. Cooperação
sino-brasileira em Angola. I. Silva, André Luiz Reis
da, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LI JIABEI

**UM ESTUDO COMPARATIVO DA COOPERAÇÃO DA CHINA
E DO BRASIL COM ANGOLA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. André Moreira Cunha

UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dr. Ye Zhiliang

BFSU

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento da presente dissertação recebeu o maior apoio e estímulo de muitos.

Gostaria de agradecer aos meus pais, pela compreensão, sugestões e apoio incondicional.

Aos meus orientadores, Prof. Ye Zhiliang e Prof. André Luiz Reis da Silva, cujos ricos conhecimentos sobre a política externa brasileira me impressionaram bastante, por toda a disponibilidade, sugestões pertinentes e apoio que me deram.

A todos os outros professores da Faculdade de Língua Espanhola e Portuguesa da Universidade dos Estudos Estrangeiros de Pequim e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que me ensinaram durante o meu estudo de mestrado.

Aos meus amigos e colegas, pela amizade, ajuda e apoio emocional que me proporcionaram.

RESUMO

A importância estratégica da África vem gerando, no início do século XXI, uma competição pelo continente entre as potências tradicionais e as emergentes, interessadas em impulsionar uma maior cooperação com o Continente. Nesse contexto, e China e Brasil, duas economias emergentes importantes, têm-se engajado no desenvolvimento da cooperação com os países africanos no âmbito da Cooperação Sul-Sul (CSS). A cooperação da China e do Brasil com a África tem sido apresentada como uma alternativa à cooperação Norte-Sul, graças à concepção e implementação de políticas defendidas como sendo mais horizontais, menos assimétricas e fundadas na solidariedade entre os países em desenvolvimento. Entretanto, ouvem-se frequentemente críticas do Ocidente quanto ao papel dos países emergentes nas agendas da cooperação com África. Em comparação com o Brasil, observa-se que a “redescoberta” chinesa da África, que se foi tornando visível desde o início da presente década e vem-se consolidando ao longo dos últimos anos, tem suscitado ainda mais aceso debate e algumas controvérsias numa larga variedade de sectores, países e regiões. Neste contexto, o presente trabalho seleciona Angola como estudo de caso para analisar, numa perspectiva comparada, os modelos de cooperação estabelecidos pelo Brasil e pela China com países africanos. No presente trabalho, será feita primeiramente uma retrospectiva da evolução da política africana da China e do Brasil e as histórias de relacionamento da China e do Brasil com Angola. Analisa-se também o contexto e as motivações do reforço da presença dos dois países em Angola na nova era. Em seguida, partindo da apresentação das características da cooperação dos dois países com Angola em termos de motivos, modelos e áreas de cooperação, assim como práticas das empresas, avaliar-se-ão, de perspectivas múltiplas, semelhanças e diferenças entre a cooperação dos dois países com Angola. Faz-se também uma avaliação dos problemas e riscos enfrentados pelos dois países na cooperação com o país africano. Resumem-se ainda as vantagens da cooperação entre o Brasil e Angola que poderão eventualmente servir de inspiração para a cooperação entre a China e Angola. Por último, analisar-se-á a cooperação e a competição entre a China e o Brasil no mercado angolano. Com base numa análise das possibilidades de cooperação entre os dois países em

determinados setores de Angola, conclui-se que a cooperação trilateral entre a China, o Brasil e Angola corresponde aos interesses fundamentais dos três países.

Palavras-chave: Política externa. Cooperação sino-angolana. Cooperação Brasil-Angola. Cooperação sino-brasileira em Angola.

摘要

进入 21 世纪以来，非洲的战略重要性日益凸显，传统大国和新兴大国积极开展与非洲国家的合作，同时也在非洲大陆展开激烈竞争。在这一背景下，中国与巴西两大重要新兴经济体在南南合作框架下积极与非洲国家展开交流合作。中巴两国在平等互利、包容发展的基础上与非洲国家开展的友好合作极大地促进了非洲国家的发展，提升了非洲的国际地位和影响。然而，随着中巴等新兴国家与非洲合作的发展，国际舆论趋于复杂，对于新兴国家的批评甚至指责声音不断增加。中国在非洲投资数额大，为当地经济发展做出了巨大贡献，但国际上却有诸多不利于中国的声音，甚至指责中国在非洲搞新殖民主义。反观巴西，虽然其在非洲投资合作规模不如中国，但是却收到了良好的效果，赢得了国际名声。针对这一现状，本文选取安哥拉作为案例研究对象，以比较研究的视角分析中国与巴西两国与非洲的合作模式。首先，本文回顾了中国与巴西两国对非政策在不同历史时期的特点以及中巴两国与安哥拉关系的历史发展状况，分析了中巴两国在新时期加强与安哥拉合作的背景和动因。其次，本文通过介绍中巴两国与安哥拉在合作动因、合作模式、合作领域以及企业实践等方面的特点，从多角度对比两国与安哥拉合作的异同。同时，本文分析了中巴两国与安哥拉合作中出现的问题及面临的挑战，总结了巴西与安哥拉合作的优势，从中挖掘出可以带给中国的启示。最后，本文探讨了中巴两国在与安哥拉合作方面的竞争与合作。通过分析中巴两国在相关领域合作的可能性，本文认为中国、巴西与安哥拉的三边合作符合三国的根本利益。

关键词： 对外政策. 中国与安哥拉合作. 巴西与安哥拉合作. 中巴两国在安哥拉合作.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	PANORAMA DA HISTÓRIA E ATUALIDADE DA COOPERAÇÃO DA CHINA E DO BRASIL COM ANGOLA	16
2.1	A COOPERAÇÃO SINO-ANGOLANA.....	16
2.2	COOPERAÇÃO BRASIL-ANGOLA	19
3	COMPARAÇÃO DAS COOPERAÇÕES DA CHINA E DO BRASIL COM ANGOLA	23
3.1	COMPARAÇÃO DOS MOTIVOS DE COOPERAÇÃO	23
3.1.1	Motivos da Cooperação Sino-Angolana	23
3.1.2	Motivos da Cooperação Brasil-Angola.....	24
3.2	COMPARAÇÃO DOS MODELOS DA COOPERAÇÃO DA CHINA E DO BRASIL COM ANGOLA	25
3.2.1	Modelo da Cooperação Sino-Angolana	25
3.2.2	Modelo da Cooperação Brasil-Angola	29
3.3	COMPARAÇÃO DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO	33
3.3.1	Forma da Cooperação Sino-Angolana	33
3.3.2	Forma da Cooperação Brasil-Angola.....	34
3.4	COMPARAÇÃO DAS ÁREAS DA COOPERAÇÃO	35
3.4.1	Áreas da Cooperação Sino-Angolana.....	36
3.4.2	Áreas da Cooperação Brasil-Angola	38
3.5	COMPARAÇÃO DAS PRÁTICAS DAS EMPRESAS CHINESAS E BRASILEIRAS EM ANGOLA	42
3.5.1	Vantagens das Empresas Chinesas em Angola.....	42
3.5.2	Problemas e Desafios Enfrentados pelas Empresas Chinesas	44
3.5.3	Vantagens das Empresas Brasileiras em Angola.....	46
3.5.4	Problemas e Desafios Enfrentados pelas Empresas Brasileiras	48
3.6	INSPIRAÇÕES DA ATUAÇÃO BRASILEIRA EM ANGOLA PARA A CHINA	50

4	CONCLUSÃO.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Objetivos de pesquisa: entrando no século XXI, com o rápido desenvolvimento da economia africana e o avanço da integração regional, o estatuto internacional da África foi-se elevando de forma significativa, tendo a revitalização da África se tornado cada vez mais um consenso da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, a China e o Brasil, sendo respectivamente a maior potência emergente do hemisfério oriental e do ocidental, vem reforçando a cooperação com a África. No entanto, os comentários e tratamentos recebidos pelos dois países da comunidade internacional são muito diferentes. Os investimentos chineses na África vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico dos países naquele continente, porém, existem a nível internacional muitas vozes críticas quanto à atuação da China, chegando mesmo a acusá-la de chamado “neocolonialismo”. Em contraste, o Brasil, embora sua escala de cooperação e investimento na África não seja tão grande quanto à da China, obteve bons resultados e ganhou reputação internacional.

Nos últimos anos, Angola é um dos países africanos em que se tem registrado um crescimento econômico mais acelerado e se tornou o segundo maior produtor de petróleo da África, ao passo que a China e o Brasil têm mantido uma cooperação cada vez mais aprofundada o país no âmbito da intensificação das suas relações econômicas e comerciais com a África. Angola é um importante parceiro da China no sudoeste africano e o “*Angola Model*” já se tornou um paradigma para a cooperação entre a China e vários países africanos. Ao mesmo tempo, Angola é também um dos principais destinos de investimento do Brasil na África. Diversas empresas brasileiras investem e operam em Angola já há muitos anos. Por estas razões, escolhemos Angola como um caso de estudo, pretendendo, com base numa análise comparativa das diferentes características e efeitos das cooperações da China e do Brasil com Angola, descobrir o que a China não tem feito bem, assim como o que se pode aprender com o Brasil, de forma que a China possa melhorar a cooperação não só com Angola, mas também com os outros países africanos.

Os objetivos deste trabalho incluem, nomeadamente: primeiro, a partir da apresentação das características da cooperação dos dois países com Angola a nível de motivos, modelos,

áreas de cooperação e prática das empresas, avaliar as semelhanças e diferenças da cooperação com Angola; segundo, analisar as vantagens da cooperação do Brasil com Angola para descobrir o que a China pode aprender com o Brasil; terceiro, abordar a possibilidade de desenvolver cooperações entre a China e o Brasil no mercado angolano e apresentar, para isso, algumas propostas e sugestões eventualmente viáveis.

Metodologias da pesquisa: primeiro, este trabalho é elaborado principalmente a partir de estudos bibliográficos. As referências e os dados citados neste trabalho têm como fonte as publicações, bibliotecas *online* das universidades chinesas e brasileiras, *site* e portais dos órgãos governamentais e das instituições de pesquisas e estatísticas nacionais e internacionais, além das outras fontes disponíveis na internet.

Segundo, o trabalho baseia-se em análises quantitativas e qualitativas. Além de analisar os dados quantitativos do comércio, investimento, número de projetos, etc, o trabalho também apresenta algumas avaliações qualitativas em termos de resultados da cooperação da China e do Brasil em Angola, as críticas provenientes da opinião pública internacional sobre a presença dos dois países em Angola e a avaliação do lado angolano sobre a atuação chinesa em Angola.

Terceiro, o trabalho recorre ainda a estudo de casos. Partindo de uma visão global da evolução e situação atual das relações da China e do Brasil com a África, o trabalho analisa mais concretamente a presença dos dois países em Angola para demonstrar as suas diferentes performances no país africano, a fim de propor algumas sugestões para a cooperação sino-angolana.

Revisão bibliográfica

Atualidade da pesquisa sobre a cooperação sino-angolana na China e no Brasil: os trabalhos feitos pelos estudiosos chineses no que diz respeito às relações e à cooperação sino-angolana são relativamente poucos e os já existentes concentram-se principalmente no *Angola Model* caracterizado pela troca da construção de infraestruturas por recursos naturais, a estratégia chinesa de investimento no setor petrolífero de Angola e a diplomacia energética da China para Angola. Liu Qingjian e Li Yuanzheng (2011) argumentam que a cooperação entre a China e Angola está focada na construção de infraestrutura, sendo a troca de

empréstimos por petróleo o precursor para isso, e a cooperação resulta em benefício mútuo e desenvolvimento comum. Outros estudiosos chineses como Tang Xiaoyang (2010), Liu Dawei (2016) e Li Zhaojie (2016) analisaram em seus estudos os antecedentes, o processo, a conotação, as características e as políticas de gestão do *Angola Model*. Através do estudo de alguns projetos levados a cabo pelas empresas chinesas em Angola, sintetizaram a essência do *Angola Model* e apontaram os problemas existentes na cooperação sino-angolana, assim como as oportunidades e desafios enfrentados pelas empresas chinesas em Angola. A revista do EXIMBANK (2009) também fez uma descrição detalhada sobre o processo de formação do *Angola Model*.

Tendo em conta as novas mudanças que ocorreram em Angola nos últimos anos, muitos estudiosos chineses analisaram os riscos existentes na cooperação sino-angolana, apresentando perspectivas para o futuro. Com base na análise do estado atual da cooperação econômica entre a China e Angola, An Chunying (2008) apontou que uma base sólida de cooperação beneficiada da amizade tradicional entre os dois países, uma maior complementaridade econômica e políticas favoráveis oferecidas pelos dois governos seriam fatores positivos para a futura cooperação entre os dois países, enquanto a concorrência dos países ocidentais, as pressões operacionais das empresas chinesas e os riscos de investimento em Angola se configurariam como principais desafios para a cooperação sino-angolana no futuro. Liu Haifang (2011) analisou, no seu trabalho, o potencial e os problemas existentes na cooperação sino-angolana, o novo rumo de desenvolvimento econômico elaborado pelo Governo Angolano e a diversificação econômica e das relações diplomáticas. Liu Haifang e Ma Jie (2014) chamaram a atenção para o estilo diplomático arrogante de Angola nas relações internacionais e os seus impactos sobre o investimento chinês em Angola. Além disso, estudiosos como Yang Kunpeng (2009), Kang Sheng (2010) e Wang Feng (2015) analisaram a atualidade da cooperação energética entre os dois países e os principais constrangimentos existentes para a futura cooperação.

Em comparação com extensas e abrangentes pesquisas sobre relações e cooperação sino-africanas realizadas pelos acadêmicos europeus e americanos, são ainda relativamente poucas as pesquisas sobre a cooperação sino-africana feitas pelos acadêmicos brasileiros, já

para não falar das pesquisas relacionadas com a cooperação entre a China e Angola. Como observa o Brito (2016) no seu trabalho, no Brasil, há uma falta de estudos sobre a presença da China na África. A mídia brasileira, na sua maioria, reproduz simplesmente o discurso das suas congêneres ocidentais, que olham a presença chinesa como uma ameaça, o que se reflete na interpretação da mídia brasileira sobre os seguintes aspetos: transparência dos empréstimos chineses, qualidade dos projetos de cooperação, contratação de mão de obra local e impacto sobre as empresas brasileiras que atuam em Angola. No entanto, o Brito, partindo da apresentação da cooperação da China e do Brasil com Angola, chegou à conclusão de que a ideia de ameaça deve ser substituída pelo binômio competição-cooperação. O trabalho do Gomes (2012) apresentou os empréstimos preferenciais da China a Angola e a cooperação entre os dois países na área de construção de infraestrutura. Partindo do ângulo econômico, o autor analisa a importância dos recursos naturais, como petróleo e diamantes, para Angola e a evolução do comércio bilateral entre a China e Angola. Ele salientou que a cooperação entre os dois países se baseava no benefício mútuo, negando, por isso, a acusação de neocolonialismo contra a China. A pesquisa do Pautasso (2009) também se concentrou na cooperação econômica sino-angolana. O autor apresentou a história e a situação atual das relações sino-angolanas, os acordos de empréstimo assinados entre dois países após 2004, o modelo de cooperação sino-angolana e os projetos específicos de cooperação, argumentou que, por um lado, a cooperação sino-angolana tem contradições e desequilíbrios, o que se reflete na insatisfação do lado angolano com o fraco emprego dos trabalhadores angolanos pelas empresas chinesas e a entrada em grande quantidade dos produtos chineses em Angola, por outro lado, a cooperação entre os dois países não só satisfaz a demanda da China pela energia, como também aumenta a capacidade de negociação de Angola no cenário internacional, facultando-lhe mais opções de cooperação.

Atualidade de pesquisas sobre a cooperação Brasil-Angola na China e no Brasil: atualmente, as pesquisas relacionadas com Angola e com as relações Brasil-Angola no meio acadêmico chinês são relativamente fracas. Poucos estudiosos chineses fizeram abordagens e análises aprofundadas sobre o relacionamento entre os dois países, sendo a maior parte da literatura relevante composta pelas reportagens ou boletins informativos. Somente Wang

Ning (2012) analisou no seu trabalho o processo da cooperação política entre o Brasil e Angola antes do término da guerra civil angolana, a política econômica angolana e a cooperação econômico- comercial entre os dois países no pós-guerra.

Os trabalhos dos estudiosos brasileiros sobre as relações e cooperação Brasil-Angola têm focado principalmente a política externa brasileira em relação a Angola, a Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e Angola e a cooperação técnica entre os dois países. Pain (2005) analisou as mudanças da política angolana dos diferentes Governos Brasileiros e as causas domésticas e internacionais, sublinhando que, a partir do Governo Lula, o Brasil começou a enfatizar as obrigações políticas, morais e históricas do Brasil para com a África e que Angola se tornou um importante parceiro do Brasil na África. Estudiosos como Monte (2010) e Cardoso (2015), partindo da perspectiva da Cooperação Sul-Sul, apresentaram a história do desenvolvimento das relações bilaterais entre o Brasil e Angola e os interesses comuns dos dois países em vários aspectos, como também destacaram a cooperação entre o Brasil e Angola nos campos de comércio, investimento e transferência de tecnologia e os resultados alcançados. Waisbich e Pomeroy (2016) analisaram os estreitos laços históricos e culturais entre o Brasil e a África e a intensificação da cooperação técnica entre os dois lados desde a entrada no século XXI, especialmente a partir do Governo Lula. Apontaram que a Operação Lava Jato, a deficiência institucional e os problemas orçamentários podiam trazer incertezas para a futura cooperação entre os dois países. Baseando-se na teoria da dinâmica centro-periferia, Calich (2015) enfatizou as razões pelas quais a cooperação Norte-Sul não trouxe um desenvolvimento real para os países africanos, resumindo, a partir daí, as vantagens da Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e Angola, assim como as características e influências da cooperação entre os dois países nas áreas de tecnologia, construção de infraestrutura, energia, política, cultura, entre outras. Kraychete (2013) analisou os problemas existentes na cooperação Brasil-Angola, como a falta de um quadro jurídico completo, a descentralização institucional e a má colocação dos recursos humanos, sugerindo que, no futuro, ambos os países prestassem mais atenção à participação das organizações sociais na cooperação bilateral, a construção de mais mecanismos de cooperação e a supervisão dos projetos de cooperação. Martins e Silveira (2005), Abdenur e Rampini (2015), e Melo (2012) analisaram

o desenvolvimento da cooperação técnica entre o Brasil e Angola, apresentando especificamente os projetos de cooperação técnica entre os dois países nas áreas de saúde, educação, cultura, agricultura, entre outras, acreditando que a cooperação técnica disponibilizada pelo Brasil se caracteriza por uma série de vantagens, como o foco na transferência tecnológica, treinamento de profissionais e promoção do emprego local, etc.

Uma revisão minuciosa das literaturas chinesa e brasileira deixa claro que, embora existam alguns trabalhos tanto na China como no Brasil em relação à cooperação do seu próprio país com Angola, são muito escassos os trabalhos sobre a cooperação do outro país com Angola. Ademais, praticamente não se encontra nenhum estudo comparativo, tanto no meio acadêmico chinês como no brasileiro, sobre a cooperação da China e do Brasil com aquele país africano. A única exceção foi uma breve análise feita pelo Brito sobre as características da cooperação da China e do Brasil com Angola e as relações de cooperação e competição entre os dois países em Angola.

Originalidade e valor científico do presente trabalho: primeiramente, a escolha de Angola como ponto de partida para uma análise da cooperação da China e do Brasil com os países africanos tem já em si próprio um valor inovador. Revistos os trabalhos já feitos pelos estudiosos chineses e brasileiros, percebe-se logo de que, tanto na China como no Brasil, carecem trabalhos relacionados com a cooperação entre os dois países com Angola. Por isso, um estudo comparativo neste sentido poderá proporcionar uma nova perspectiva para o estudo deste tema para os acadêmicos dos dois países, promovendo uma pesquisa mais aprofundada e mais alargada neste campo.

Em segundo lugar, através da comparação dos motivos, modelos, áreas de cooperação e prática das empresas da China e do Brasil com Angola, este trabalho tem como objetivo analisar os pontos fortes e fracos dos dois países para, com base nas experiências bem sucedidas dos dois lados, propor algumas sugestões ou contramedidas para a superação dos problemas existentes no *Angola Model*, na expectativa de poder ajudar o lado chinês a tomar medidas para aliviar a pressão da opinião pública externa e promover um desenvolvimento saudável e sustentável da cooperação com Angola na nova conjuntura. Ao mesmo tempo, um estudo comparativo também pode ajudar a melhorar o entendimento mútuo entre a China e o

Brasil neste campo, de forma a desenvolver uma cooperação de benefício mútuo entre os dois países, aproveitando as vantagens próprias, para finalmente atingir o objetivo final de apoiar e promover o desenvolvimento sustentável dos países africanos.

2 PANORAMA DA HISTÓRIA E ATUALIDADE DA COOPERAÇÃO DA CHINA E DO BRASIL COM ANGOLA

A República de Angola situa-se na costa ocidental da África. Dispondo de um vasto território e recursos naturais abundantes, Angola tem exercido um papel de destaque na geopolítica da África. Nos últimos anos, em virtude do seu rápido crescimento econômico, baseado principalmente na exportação dos recursos naturais, Angola vem a chamar cada vez maior atenção da comunidade internacional. China e Brasil, maior país em desenvolvimento nos hemisférios oeste e este, respectivamente, têm atribuído grande importância ao desenvolvimento das relações amistosas com países africanos, incluindo Angola, com o objetivo de promover a Cooperação Sul-Sul e reforçar a sua influência nos países em desenvolvimento.

Entre os 5 países africanos de língua portuguesa, a China mantém relações econômicas mais intensas com Angola, que se destaca como o principal parceiro comercial da China na África e um dos fornecedores mais importantes do petróleo para o mercado chinês. A cooperação entre os dois países caracteriza-se por áreas amplas e resultados frutíferos, constituindo um paradigma para a cooperação de benefício mútuo entre a China e os países africanos.

No caso do Brasil, Angola serve de porta de entrada do país no continente africano, desempenhando um papel crucial na política externa brasileira para os países africanos. Na África, Angola é o principal destino dos investimentos brasileiros, acolhendo mais empresas brasileiras. Através da cooperação nas diversas áreas, o Brasil tem aumentado sua influência como potência emergente na África.

2.1 A COOPERAÇÃO SINO-ANGOLANA

O envolvimento da China na África contempla um conjunto diversificado de motivações, que vão desde os interesses econômicos às preocupações estratégicas e políticas.

A nível econômico, no século XXI a China almeja assegurar o acesso a recursos

naturais em face da sua crescente procura doméstica por energias, resultante do aumento vertiginoso da demanda pela energia decorrente do rápido crescimento econômico do país. A China também deseja criar oportunidades de investimento para suas empresas e abrir novos mercados para seus produtos e serviços.

No plano político e estratégico, a maioria dos países africanos teve experiência história similar à China e enfrenta muitos desafios semelhantes. Isso torna mais fácil para a China e os países africanos chegarem a um consenso sobre várias questões. O desenvolvimento da China precisa do apoio da comunidade internacional, enquanto muitos países africanos são seus tradicionais amigos. O fortalecimento e o desenvolvimento da cooperação com os países africanos ajudarão a China a ampliar seu espaço internacional e manter a paz, estabilidade e prosperidade do mundo.

A intensificação da cooperação da China com a África tornou-se mais visível após a visita do então Presidente chinês, Jiang Zemin, a seis países africanos em 1996. Durante a visita, o Presidente chinês propôs que as relações entre China e África fossem institucionalizadas, o que levou a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Esta proposta passou a ser o primeiro passo decisivo para o desenvolvimento das relações sino-africanas, e, com o grande apoio oferecido pelos países africanos, realizou-se a primeira Conferência Ministerial do Fórum em Pequim, em 2000, que marcou uma nova fase na parceria sino-africana.

Quanto ao relacionamento entre a China e Angola, sabe-se que remonta ao período anterior à independência, no início dos anos 60, durante a luta de Angola pela libertação nacional, à qual a China ofereceu importantes apoios. Contudo, fatores geopolíticos ligados à guerra-fria que opunham os dois blocos ideológicos e militares então existentes levou a que o Governo Chinês não reconhecesse imediatamente a República de Angola.

As relações diplomáticas entre os dois países só vieram a ser estabelecidas em 12 de janeiro de 1983, em consequência especialmente da diplomacia pragmática lançada por Deng Xiaoping, no contexto da Política de Reforma e Abertura iniciada em 1978. Em 1984, foi assinado o primeiro acordo comercial entre os dois países, no qual as duas partes chegaram ao consenso sobre a cooperação em agricultura, energia e outras áreas. Em 1988 foi criada a

Comissão Mista Econômica e Comercial.

Com o fim do conflito armado interno em 2002, veio-se estabilizando a economia de Angola e os investidores estrangeiros começaram a sentir-se mais seguros em investir no país, enquanto que o Governo Angolano declarou que a reconstrução nacional seria a prioridade dos seus trabalhos nos próximos anos. E, para atrair investimentos externos, o Governo Angolano lançou uma lei que previa tratamento igual às empresas estrangeiras e nacionais.

As razões que levaram Angola a cooperar com a China devem ser entendidas no contexto da reconstrução do pós-guerra. Confrontado com os obstáculos criados pelos principais parceiros angolanos e instituições financeiras internacionais, principalmente o FMI, na concessão de apoios financeiros, em particular a exigência do aumento da transparência nas contas governamentais, o Governo do MPLA voltou-se para a China, que não impunha muitas condições para a concessão de empréstimos, além de existir uma grande complementaridade entre a economia chinesa e a economia angolana: por um lado, a China possui importantes recursos financeiros, tem uma grande quantidade de corporações estatais altamente qualificadas e muito experientes na execução de projetos de construção de infraestrutura, como também tem uma forte demanda de recursos minerais, especialmente, o petróleo; por outro lado, Angola é rico em recursos minerais, principalmente, o petróleo, e tem uma grande necessidade de investimentos e de construção de infraestrutura.

O fim da guerra civil angolana também coincidiu com o lançamento, pelo Governo Chinês, da política de internacionalização das empresas chinesas, a chamada *Go Global*, que consiste no encorajamento das suas empresas a investir no exterior, seguindo as suas próprias estratégias de desenvolvimento e a preservação dos interesses nacionais da China. Para isso, o Governo Chinês elaborou uma série de políticas favoráveis ao investimento no estrangeiro.

Em janeiro de 2006, a China deu a conhecer as linhas orientadoras da sua política em relação à África, tendo elaborado para o efeito um *policy paper (China's African Policy)*, em que foram destacados os princípios de Sinceridade, Igualdade e Benefício Mútuo, Solidariedade e Desenvolvimento Comum, que orientariam as relações entre a China e os países africanos. Ao mesmo tempo, o então presidente chinês, Hu Jintao, também anunciou um fundo de 5 mil milhões de dólares para incentivar o investimento de empresas chinesas na

África.

Em junho do mesmo ano, na visita oficial a Angola, o então primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, indicou os três princípios fundamentais para a cooperação com Angola (SINA, 2006). Wen Jiabao afirmou que a cooperação sino-angolana contribuiria para aumentar o poderio econômico angolano, ajudar Angola a dominar tecnologias avançadas, promover o desenvolvimento sustentável do país, bem como melhorar o bem-estar do povo angolano.

Os intercâmbios entre os dois países passaram a ser mais frequentes a partir de 2010, ano em que os dois países divulgaram a Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parcerias Estratégicas durante a visita oficial do então vice-presidente Xi Jinping ao país africano, a qual não só tinha como objetivo fortalecer o intercâmbio bilateral já existente, mas também visava alargar a cooperação em domínios mais abrangentes.

Os empréstimos e investimentos chineses constituem uma importante fonte de capitais para a construção de infraestrutura e o desenvolvimento industrial de Angola. Além do setor petrolífero, o investimento chinês se destina também aos setores manufatureiro (produção de eletrodomésticos, motos e caminhões), de infraestrutura, agrícola, de telecomunicação, etc.

É de sublinhar que a cooperação econômica entre a China e Angola também tem vindo a promover o desenvolvimento do comércio bilateral. De entre os países de língua portuguesa, Angola é o segundo maior parceiro comercial da China, somente atrás do Brasil. Conforme os dados do Fórum de Macau, nos primeiros 11 meses do ano 2017, o valor do comércio bilateral foi de 20,65 bilhões de dólares, respondendo por 19,7% do valor total do comércio bilateral entre a China e os países de língua portuguesa (CCPIT, 2017).

2.2 COOPERAÇÃO BRASIL-ANGOLA

As ligações históricas e afinidades culturais tornam as relações entre o Brasil e o continente africano particularmente estreitas, especialmente com os países de língua portuguesa. A valorização das relações com a África foi o traço marcante durante os dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que desempenhou um papel nuclear na aproximação do país ao continente africano, tendo enfatizando incansavelmente as

afinidades e o bom relacionamento entre os povos. Num discurso proferido na cúpula da União Africana, Lula afirmou que “Brasil e África devem escrever juntos sua história e seu provir comum” (EM DISCURSO..., 2009). Na verdade, os países africanos representam possíveis aliados estratégicos para as aspirações brasileiras em fóruns multilaterais, assim como oportunidades de negócios.

A crescente presença brasileira na África atende a múltiplos objetivos fundamentais do Brasil na sua busca de uma nova inserção no Sistema Internacional. Além de objetivos econômicos, condizentes com a inserção internacional do Brasil como exportador não só de produtos primários mas igualmente de manufaturados e de tecnologias, as relações com a África atendem igualmente a uma busca pelo lado brasileiro de parcerias estratégicas, que são vitais para o acesso dos produtores agrícolas dos países do Sul aos mercados do Norte (destacando-se nesse caso a liderança brasileira no G-20) e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Finalmente, a África também tem uma importância estratégica para o Brasil, especialmente no que diz respeito à manutenção da segurança no Atlântico Sul.

Sabe-se que os laços entre o Brasil e Angola remontam a tempos antigos, no período do Império Marítimo Português, particularmente por causa do tráfico de escravos praticado pelos comerciantes portugueses entre o continente africano e o Brasil, o que veio a criar raízes culturais comuns entre os dois países. Mais tarde, no século passado, o Brasil foi o primeiro país que reconheceu a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975. Nos tempos posteriores, o Brasil vem se colocando como interlocutor entre Angola e o Ocidente, enquanto Angola se posiciona como um mediador no projeto brasileiro de aproximação com os países africanos.

As relações bilaterais entre o Brasil e Angola vêm sendo reforçadas através de iniciativas de cooperação econômica. Em abril de 1976, foi enviada a primeira missão comercial do Brasil a Angola, na qual foram incluídos representantes da Petrobrás e do Banco do Brasil. Um dos resultados dessa missão foi a criação de uma linha de crédito brasileiro para Angola no valor de 50 milhões dólares, além do estabelecimento das negociações para a futura parceria Petrobrás-Sonangol (RIZZI, 2005, p. 39).

Em julho de 1977, foi celebrado o Convênio MRE-SEPLAN (Secretaria de Estado de

Planejamento) relativo ao programa de Cooperação Técnica Brasil-África. No âmbito desse Convênio, foi assinado, em junho de 1980, na ocasião da visita do Chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro a Angola, o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre Brasil e Angola, o primeiro gesto para incentivar a cooperação técnica entre os dois países. Por meio desse acordo, surgiram projetos de cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura. O acordo também levou à criação da Comissão Mista Brasil-Angola, que veio a promover a assinatura de um acordo de cooperação entre a Petrobrás e a Sonangol em 1979.

Os primeiros grandes investimentos da iniciativa privada brasileira em Angola tiveram início na década de 1980 e a pioneira desse processo foi a Construtora Odebrecht, que começou a operar em Angola em 1984 com a construção da Hidrelétrica de Capanda. Desde então, para facilitar a instalação das empresas brasileiras em Angola, o Governo Brasileiro começou a ampliar as linhas de crédito para o país africano. Em junho de 1986, foram, para isso, disponibilizados 150 milhões de dólares e, em junho de 1988, o valor liberado aumentou para os 235 milhões de dólares.

Com o fim da Guerra Fria, a diplomacia bilateral entre o Brasil e Angola foi se intensificando, o que se reflete especialmente nas visitas dos chefes de Estado. Sarney foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar Angola, em janeiro de 1989; mais tarde, Fernando Henrique Cardoso também viajou ao país africano em 1996. Enquanto isso, surgiram novas oportunidades de cooperação e apoio mútuo no plano multilateral. Na década de 1990, o Brasil não apenas atuou junto do CSNU em questões relacionadas à guerra civil angolana e ao apoio à legitimidade das eleições de 1992 de Angola, como também participou ativamente, a partir de 1995, nas missões de paz da ONU em Angola. Lula esteve duas vezes em Angola (em 2003 e em 2007), nas quais ele anunciou um aumento do crédito concedido ao país africano para um montante de dois bilhões de dólares americanos. Em junho de 2010, aquando da visita do Presidente Eduardo dos Santos ao Brasil, foram assinados acordos que elevaram o crédito do Brasil para Angola a uma faixa de 10 bilhões de dólares. Esses incentivos econômicos serviram para consolidar os laços bilaterais.

As parcerias do Brasil na África intensificaram-se e diversificaram-se após a virada do

milênio, quando o Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) optou por priorizar a Cooperação Sul-Sul, inclusive como uma forma de aumentar a autonomia da política externa brasileira em relação aos países do Norte.

No aspecto comercial, as relações bilaterais atingiram seu auge em 2008, com um fluxo comercial de mais de US\$ 4 bilhões de dólares. Nos últimos anos, no entanto, por causa da tendência de queda das importações brasileiras, o volume do comércio bilateral vem diminuindo, até se registrar em 2016 o valor mínimo de US\$ 600 milhões. Ainda assim, Angola continua sendo um dos principais parceiros econômicos do Brasil no continente africano e o Brasil se mantém como importante origem das importações angolanas, respondendo por cerca de 4% das entradas de produtos no país africano (BRASIL, 2017).

O Acordo de Parceria Estratégica, assinado em junho de 2010, sistematizou o conjunto de iniciativas que vinham sendo desenvolvidas no âmbito bilateral. O Brasil também firmou com Angola um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), em 2015, para facilitar o investimento recíproco e a atuação empresarial. Sabe-se que esse investimento recíproco é majoritariamente realizado pelas empresas brasileiras em Angola, nas áreas como construção civil, mineração e petróleo. Petrobrás, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão são as principais empresas brasileiras que operam no país africano, responsáveis pelos projetos de infraestrutura mais importantes (SAPIENTIA, 2017).

Se no primeiro momento o impulsor principal das relações Brasil-Angola foi o comércio, nos tempos posteriores, a cooperação técnica já veio a ganhar destaque na agenda bilateral. Neste aspecto, destaca-se o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que trabalha visando negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros na área de cooperação técnica. Nos últimos anos, sob a égide da ABC, o Brasil tem em execução vários projetos no território angolano, particularmente nas áreas de agricultura, educação e saúde. Através de adaptar as experiências brasileiras bem sucedidas às demandas de Angola, com práticas reais, de reciprocidade, de viagens de ida e volta, o Brasil vendo oferecendo importante referência para o desenvolvimento a Angola, tendo obtido *feedbacks* positivos do lado angolano.

3 COMPARAÇÃO DAS COOPERAÇÕES DA CHINA E DO BRASIL COM ANGOLA

3.1 COMPARAÇÃO DOS MOTIVOS DE COOPERAÇÃO

3.1.1 Motivos da Cooperação Sino-Angolana

Devido ao rápido desenvolvimento econômico da China e ao seu modelo de desenvolvimento baseado em indústrias de energia intensiva, evidencia-se uma demanda cada vez mais forte por recursos naturais, com predominância do petróleo. Além disso, Angola também é visto como uma prioridade para a estratégia chinesa “*Go Global*”. Nesse sentido, as empresas chinesas vão para Angola para ganhar experiências, bem como para implementar empreendimentos e concretizar investimentos. Podemos afirmar que os motivos econômicos são, de fato, fatores essenciais que pomovem a cooperação sino-angolana.

Com o fim da guerra civil, verificou-se uma maior estabilidade social em Angola e a sua economia viu uma viragem da sua sorte. Entre 2004 e 2007, Angola registrou um aumento significativo na produção do petróleo, tendo superado os países como o Brasil, Azerbaijão e Líbia. Mais tarde, ultrapassou, brevemente, a Nigéria para ser o primeiro produtor de petróleo na África. Na verdade, após mais de 40 anos de conflito armado, Angola necessitou urgentemente de reconstruir as suas infraestruturas para se preparar para o desenvolvimento econômico do país. Para isso, o Governo Angolano vem implementando um ambicioso programa da reconstrução de infraestrutura, para o qual seria bem vinda, como também indispensável, a participação dos capitais internacionais.

A China sempre foi um país auto-suficiente de petróleo até aos anos 80. Porém, o crescimento econômico acelerado após o lançamento da política de Reforma e Abertura fez com que, a partir de 1993, a China se tornasse um importador líquido do petróleo. Enquanto isso, a China conseguiu acumular reservas cambiais substanciais que viriam a servir de um suporte firme para a internacionalização das empresas chinesas, ao passo que o país também se tornou um líder global no fornecimento de serviços de construção de infraestrutura, o que

constituiu uma base sólida para a cooperação sino-angolana.

O Governo Angolano vê as relações bilaterais com a China como sendo mutuamente vantajosas e pragmáticas, dada a praticamente inexistência de pré-condições políticas impostas pelo lado Chinês. As relações econômicas sino-angolanas intensificaram-se sobretudo a partir de 2004, na sequência dos vários contatos diplomáticos entre ambas as partes, mobilizando múltiplos atores econômicos, públicos e privados. Em 2007, Eduardo dos Santos afirmou: “a China precisa de recursos naturais e Angola quer o desenvolvimento. Por este motivo os dois países estão empenhados numa cooperação construtiva.” (MORAIS, 2011).

3.1.2 Motivos da Cooperação Brasil-Angola

A cooperação do Brasil com Angola tem em consideração alguns pontos comuns com a da China. Antes de mais, ambos os países consideram a cooperação com Angola uma forma de ampliar o espaço de desenvolvimento econômico, utilizar de melhor forma os recursos angolanos, promover a diversificação dos mercados, aumentar a influência política do país e reforçar a intensidade da Cooperação Sul-Sul, com o objetivo de elevar o poder global dos países em desenvolvimento. Adicionalmente, a China e o Brasil não olham as relações com Angola como relações entre doador e receptor. Em contraste com a imposição de pré-condições dos países ocidentais, na cooperação com Angola, a China e o Brasil insistem na solidariedade, livre de condicionalidades, respeitando a soberania de Angola, sem interferir, portanto, nos assuntos domésticos. A China e o Brasil encorajam Angola a escolher, por si próprio, o caminho de desenvolvimento conforme as condições reais do país, beneficiando o mais possível o povo angolano.

No entanto, devido às diferentes situações domésticas e prioridades da política externa do país, observam-se diferenças evidentes quanto aos motivos de cooperação do Brasil com Angola em relação aos da China.

O Brasil é um grande exportador de *commodities*, e as grandes empresas multinacionais brasileiras, como Petrobrás e Vale, investem em Angola essencialmente para

buscar a internacionalização e o desenvolvimento diversificado, em vez de obter recursos naturais. Portanto, a nível nacional, a cooperação Brasil-Angola tem essencialmente a sua motivação estratégica.

Como declarou o Presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e história. A cooperação do Brasil com Angola tem motivações estratégicas - como a reivindicação de um assento permanente no conselho de segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) -, com vistas à inserção internacional do Brasil com um maior protagonismo. Ademais, Angola assume uma importante função de interlocutor do Brasil junto dos países africanos. A aproximação do Brasil com Angola também se vincula às raízes históricas comuns, em especial devido à grande população de descendentes angolanos no Brasil, além de um posicionamento político comum na luta contra a exclusão social.

Neste sentido, na cooperação com Angola, o Brasil atribui maior importância à influência social. Partindo da intimidade natural de origens históricas, como a etnia e a cultura, o Brasil valoriza o contributo e a influência da cultura africana nos costumes e hábitos dos brasileiros, e estabelece confiança mútua com os países africanos, incluindo Angola, diluindo sua abordagem de interesses. E a língua em comum permite que a cooperação entre o Brasil e Angola tenham menos dificuldades na comunicação.

3.2 COMPARAÇÃO DOS MODELOS DA COOPERAÇÃO DA CHINA E DO BRASIL COM ANGOLA

3.2.1 Modelo da Cooperação Sino-Angolana

Entre os vários modelos de cooperação adotados nas relações sino-angolanas desde o início do séc. XXI, ressalta-se o que foi denominado pelo Banco Mundial de “*Angola Model*”, de grande sucesso econômico para ambos os países, apesar da existência de algumas controvérsias.

Em linhas gerais, o *Angola Model* é um modelo de troca de construção de

infraestrutura por recursos naturais, que começou a ser posto em prática a partir de 2004, quando Angola, severamente destruído pela guerra civil, necessitou urgentemente de capitais estrangeiros para a reconstrução do país, como também para levar a cabo a luta contra a pobreza e as doenças. Neste contexto, o Governo Chinês decidiu conceder a Angola empréstimos preferenciais para a reconstrução de infraestrutura, sob a condição de que Angola reembolsasse os mesmos por meio do fornecimento de petróleo, um modelo de trocas comerciais que até então não tinha sido explorado. Assim, em março de 2004, durante a visita do Vice-Premiê Zeng Peiyan da China a Angola, o EximBank da China concedeu ao Governo Angolano uma linha de crédito garantida pelo petróleo na ordem de US\$ 2 bilhões. Em contrapartida, Angola concordou em fornecer à China 10.000 barris de petróleo por dia. Os empréstimos seriam desembolsados em duas fases, US\$ 1 bilhão para cada. A primeira metade do empréstimo foi liberada em setembro de 2004 e a segunda em março de 2005. A taxa de juro do empréstimo chinês é de 1,5% com base no Libor.

O Banco Mundial denominou esta cooperação sino-angolana de “*Angola Model*”, considerando, no entanto, que esta iniciativa não era, de modo algum, um caso único ou inovador. O Governo Chinês impõe a predominância de empresas chinesas para a execução dos projetos financiados pelos empréstimos chineses, dado que possuem vantagens comparativas em relação às suas competidoras dos países desenvolvidos, visto que têm acesso a financiamentos preferenciais oferecidos pelos bancos chineses, além das mãos-de-obra, equipamentos e materiais disponíveis na China, tudo de custos relativamente mais baixos.

O Ministério do Comércio e o EXIMBANK da China são os órgãos governamentais responsáveis pela gestão dos empréstimos chineses, que são concedidos seguindo as seguintes etapas:

1ª etapa: O Governo Angolano pede empréstimo ao EXIMBANK, que estuda a viabilidade do projeto e, em caso positivo, emite recomendação ao Ministério do Comércio. Obtida a aprovação do Ministério do Comércio, será celebrado um acordo-quadro entre o EXIMBANK da China e o Governo Angolano.

2ª etapa: O Governo Angolano organiza a licitação dirigida exclusivamente às empresas chinesas, selecionadas pela *China International Contractors Association*. As

empresas chinesas vencedoras da licitação negociam com os proprietários angolanos sobre os detalhes dos contratos; findas as negociações, o EXIMBANK assina o acordo de empréstimo com o Ministério das Finanças angolano; depois, as empresas chinesas vão assinar com a parte angolana os acordos específicos.

3ª etapa: Iniciada a execução das obras, os materiais e equipamentos necessários são todos fornecidos pelos empreiteiros chineses, que podem optar por importar da China ou adquirir do mercado doméstico de Angola ou do mercado internacional. Os pagamentos dos projetos ficam vinculados ao progresso dos mesmos. A fiscalização das obras é efetuada por uma terceira parte, que se encarrega de manter os proprietários angolanos informados do avanço dos projetos. Os proprietários angolanos, por sua vez, reportam ao Governo Angolano do progresso dos trabalhos, solicitando os respetivos pagamentos. Caso os projetos não sejam concluídos no prazo previsto ou existam problemas de qualidade nas obras, os empreiteiros chineses não receberão os pagamentos nas datas inicialmente previstas.

4ª etapa: O pagamento pelo Governo Angolano dos empréstimos por meio de fornecimento do petróleo à China. Conforme o acordo assinado entre a China e Angola, o Governo Angolano concordou em fornecer à CNPC (*China National Petroleum Corporation*) 10.000 barris de petróleo por dia e concedeu prioridade à CNPC para a extração do petróleo.

Em 19 de Julho de 2007, o Ministério das Finanças de Angola assinou com o EximBank da China um novo empréstimo de 500 milhões de dólares para satisfazer “ações complementares” dos projetos da primeira fase. Concluída a primeira fase, as autoridades dos dois países continuaram a negociar uma nova linha de crédito no valor de 2 mil milhões de dólares, cujo acordo foi assinado a 28 de Setembro de 2007. Em contrapartida, a China obteve a garantia de fornecimento de 10 mil barris de petróleo por dia. Neste novo acordo financeiro, o prazo de pagamento foi alargado para 15 anos e a taxa de juro era mais favorável (1.25% com base no Libor), o que revelou uma maior confiança chinesa no investimento em Angola e o maior poder de barganha do lado angolano. Por outro lado, as regras de conteúdo local são mais exigentes, de forma a assegurar uma maior participação das empresas angolanas na execução dos projetos: 30% do valor total dos projetos teriam que ser subcontratados às empresas angolanas. (李昭洁, 2016)

O *Angola Model* foge da abordagem dos doadores tradicionais, formando um conceito mais amplo da cooperação econômica Sul-Sul entre países em desenvolvimento. É um modelo que considera de forma global as necessidades reais da China e de Angola. Em comparação com o modelo de assistência e cooperação dos países ocidentais, o *Angola Model* evidencia três características essenciais:

Em primeiro lugar, o *Angola Model* atribui importância às necessidades de Angola, estimulando entusiasmo do lado angolano. Antes da assinatura do acordo-quadro, as duas partes negociam previamente as áreas preferenciais de cooperação, os detalhes da implementação e a supervisão dos projetos, e decidem coletivamente o valor de empréstimo. O *Angola Model* respeita as condições reais de Angola e presta mais oportunidades para o desenvolvimento angolano, o que concorda altamente com o desenvolvimento com base nas realidades nacionais preconizado pela China na comunidade internacional.

Em segundo lugar, o *Angola Model* garante a implementação dos projetos. As obras empreitadas pelas empresas chinesas são supervisionadas pela terceira parte. Somente após a aprovação do Ministério das Finanças de Angola, os empreiteiros chineses podem receber os pagamentos dos projetos, ou seja, quando não concluídos os trabalhos, os empreiteiros não receberão o dinheiro, o que garante a realização das obras.

Em terceiro lugar, o *Angola Model* evita a desfalcação ou desvio das verbas destinadas aos projetos. De acordo com o acordo-quadro, o dinheiro é pago diretamente pelo EXIMBANK da China às empresas executoras dos projetos em Angola, assim, os setores do Governo Angolano não têm interferência direta na movimentação dos fundos oferecidos pela China, o que garante, quanto mais possível, o uso eficaz do dinheiro.

No entanto, nos últimos anos, o *Angola Model* vem encontrando alguns constrangimentos. Com a ajuda do Governo Chinês, a economia angolana passou rapidamente a fase de recuperação, entrando no período de crescimento de alta velocidade. Com o desenvolvimento econômico e o amadurecimento do mercado angolano, este país encetou transformações econômicas estruturais, procurando um desenvolvimento mais equilibrado, ao invés de se concentrar numa economia fortemente dependente da exploração do petróleo e de outros recursos naturais. Não existem mais necessidades urgentes da construção de

infraestrutura. Ademais, a queda do preço de petróleo no mercado internacional diminui a receita financeira do Governo Angolano, o que enfraquece também a capacidade angolana de atração de empréstimos.

3.2.2 Modelo da Cooperação Brasil-Angola

A cooperação Brasil-Angola caracteriza-se pela proeminência da cooperação técnica, complementada pela cooperação nas outras áreas.

Como uma potência emergente, o Brasil também considera a construção de infraestrutura como uma forma excelente de promover o desenvolvimento dos países africanos e elevar a qualidade da vida do povo africano. Depois da guerra civil angolana, as empresas brasileiras de construção civil têm realizado obras de infraestrutura, planejamento urbano e habitação em Angola, contribuindo para a reconstrução do país africano. Entre as maiores empresas brasileiras de construção civil, destacam-se Emílio Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez. A construtora Odebrecht está em atividade em Angola desde 1984 e, a partir de 2002, com o fim da guerra civil, se fez mais presente na realização de obras de infraestrutura em Angola. A presença da empresa no país africano está ligada à construção de uma hidroelétrica em Capanda, província de Malanje, aproveitando um crédito de US\$ 1,5 bilhão fornecido pelo BNDES. Ainda na construção de hidroelétricas, a Odebrecht participa, desde 2009, em diferentes etapas da construção da Hidroelétrica de Cambambe (KRAYCHETE *et al.*, 2013).

Na cooperação infraestrutural e energética entre o Brasil e Angola, utiliza-se uma tríade de cooperação, composta pelo setor público brasileiro, setor privado brasileiro e setor público angolano. Segundo Gaio (2012), o Estado (brasileiro e angolano) seria responsável pela estrutura creditícia e o setor privado pela estrutura produtiva. “Esses três polos são penetráveis entre si, caracterizando não só uma simbiose entre público e privado, mas também a integração entre dois sistemas nacionais de economia política: o brasileiro e o angolano.” (GAIO, 2012, p. 41).

Com o objetivo de fazer funcionar o tríade, grande parte das linhas de crédito são

disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É importante destacar que o Governo Angolano, ainda que seja responsável pela liquidação da dívida, tem a liberdade de escolher as empresas brasileiras beneficiárias do financiamento, mantendo autoridade política sobre as empresas que atuam no solo angolano (GAIO, 2012). Destaca-se, assim, o papel de articulador do Estado angolano, essencial para a atração de investimentos estrangeiros e para a coordenação dos setores público e privado, tendo em vista o direcionamento dos recursos para fins do desenvolvimento nacional, ou seja, direcionando-os para os setores estratégicos.

No entanto, esta forma de cooperação entre os dois países também aumenta o risco para os financiamentos e empréstimos fornecidos pelo Brasil. Em 2016, na sequência da Operação Lava Jato, a construtora Odebrecht admitiu ter pago, entre 2001 e 2016, US\$ 788 milhões, como propina, a servidores públicos e membros dos partidos políticos do Brasil e de outros 11 países, incluindo países africanos como Angola e Moçambique, com o objetivo de obter contratos de empreitada. E devido às acusações de corrupção, o BNDES teve de suspender temporariamente a liberação de fundos para alguns projetos implementados pelas empresas investigadas pela Operação Lava Jato (BNDES REABRE..., 2017). Os escândalos também causaram atraso no cronograma de execução de algumas obras e afetou a capacidade de financiamento das empresas, originando a suspensão dos trabalhos e a demissão de trabalhadores. Portanto, no futuro, como garantir o uso eficaz do empréstimo, evitar a corrupção, aumentar a transparência e estabelecer novos regulamentos de empréstimo são o que o Governo Brasileiro tem que pensar para a cooperação com Angola.

Além da cooperação infraestrutural, em comparação com outros países emergentes, a cooperação técnica desempenha um papel de destaque na cooperação Brasil-Angola. Segundo o Itamaraty, “A cooperação técnica Sul-Sul brasileira caracteriza-se pela transferência de conhecimentos, pela ênfase na capacitação de recursos humanos, pelo emprego de mão-de-obra local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país. Realiza-se com base na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento. Fundamenta-se no princípio constitucional da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A cooperação técnica brasileira é livre de

condicionalidades e construída a partir da manifestação de interesse de parte dos parceiros (*demand driven*).” (BRASIL, 2017).

Na cooperação técnica, o Brasil presta muita atenção ao compartilhamento da técnica e experiência brasileira em áreas de agricultura, erradicação de pobreza, desenvolvimento social, entre outras. Destacam-se, entre os diversos setores em que a cooperação técnica brasileira atua, projetos nas áreas de agricultura, saúde e educação. Em termos de distribuição geográfica, os projetos de cooperação técnica são alocados principalmente aos países africanos e latino-americanos e, de todos os recursos disponibilizado no continente africano, a maior parte é destinada aos países de língua portuguesa.

A origem da cooperação técnica brasileira remonta à década de 60 do século XX, quando alguns setores do Governo Brasileiro ofereceram formação aos oficiais dos governos africanos e latino-americanos. Por exemplo, a Escola de Administração Fazendária, subordinada ao Ministério da Fazenda do Brasil, ofereceu uma série de formação aos oficiais angolanos e moçambicanos. No entanto, nessa altura, os projetos de cooperação técnica promovidos pelo Brasil eram ainda bastante limitados tanto em termos de quantidade, como no que diz respeito aos recursos financeiros envolvidos.

No ano de 1987, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi criada no âmbito do MRE. A criação da ABC simbolizou um avanço importante na política de cooperação internacional brasileira, uma vez que dotou o país de um único órgão exclusivamente responsável pela cooperação técnica com o exterior. Ademais, pela primeira vez, foi criado um órgão para tratar da cooperação internacional, integrando as funções técnicas e de relações externas, pois cabe a ABC: planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, seja na cooperação técnica recebida de outros países ou organismos internacionais, seja na cooperação técnica que o Brasil presta a países em desenvolvimento. Nesse sentido, a ABC desempenha um papel central na coordenação da cooperação técnica realizada pelo Brasil.

O primeiro gesto para incentivar a cooperação técnica entre Brasil e Angola foi a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, em junho de 1980, na

ocasião da visita do Chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro ao país africano. Por meio desse acordo, surgiram projetos de cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura. Em 1996, foi iniciado o projeto do Centro Móvel de Formação Profissional. Em 1998, foi executado o projeto de Desenvolvimento de Políticas Sociais Destinadas à Reinserção dos Deslocados, Repatriados e Desmobilizados, com o objetivo de contribuir para o processo de reinserção social dos deslocados, repatriados e desmobilizados nas suas comunidades de origem, privilegiando o atendimento aos grupos mais vulneráveis: crianças, idosos e deficientes.

Entrando no século XXI, a cooperação técnica Brasil-Angola tem aumentado em termos de quantidade e dimensão. Em 2003, foi iniciado o projeto de Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola, que se destinava a promover o melhoramento da capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da fruticultura tropical e da olericultura, bem como a introdução de novas tecnologias para a produção em escala pequena nas diferentes áreas em Angola. Foram executados ainda no âmbito de cooperação técnica projetos da Missão de Apoio a Pequenas e Médias Empresas em Luanda, do Apoio à instalação do Telecentro em Angola, do Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola, do Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola e do Projeto Piloto do Programa de Combate à Anemia, entre outros.

A cooperação da China e do Brasil com Angola, sobretudo no setor infraestrutural, tem melhorado de forma substancial as condições de transporte, a circulação de pessoas e mercadorias, o comércio exterior e o ambiente de investimento do país, possibilitando a rearticulação das cadeias produtivas nacionais e viabilizando o acesso da população em geral a facilidades básicas. Como duas potências emergentes e países modelo da cooperação com Angola, a China e o Brasil contribuem para satisfazer as necessidades de desenvolvimento de Angola, que têm sido relativamente negligenciados por países do Norte. A cooperação e os investimentos concedidos pelo Brasil e China possibilitam uma nova via de cooperação e diversificação político-econômica para Angola. Por outro lado, esta cooperação proporciona ainda a Angola um maior poder de barganha, especialmente frente aos países desenvolvidos.

É indubitável que a cooperação da China e do Brasil com Angola se baseia no princípio de benefício mútuo. Ao impulsionar o desenvolvimento econômico de Angola e o progresso da África, os dois países também alcançaram os seus próprios interesses econômicos e políticos. Porém, a cooperação dos dois países com Angola também encontra dificuldades e desafios. Por exemplo, com a intensificação da cooperação, surgiram vozes críticas e denúncias provenientes do mundo ocidental, que os acusavam de se preocuparem exclusivamente com os seus próprios interesses econômicos, aproveitando os países africanos simplesmente como fornecedores de matérias-primas, não se preocupando com a boa governança, a paz e os direitos humanos na África. Chegaram mesmo a criticar as práticas da China na África como “novo colonialismo”. Do lado africano, devido à prevalência do nacionalismo econômico verificado nos últimos anos, muitos países, incluindo Angola, começaram a atribuir maior importância à estrutura comercial com os países emergentes. Não mais se satisfaz com o modelo de “recursos por infraestruturas”, esperando o aumento de valor agregado dos produtos exportados.

3.3 COMPARAÇÃO DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

Comparando as formas de cooperação da China e do Brasil com Angola, pode-se ver que a cooperação sino-angolana se baseia essencialmente no bilateralismo, enquanto que na cooperação Brasil-Angola se verifica um paralelismo de práticas bilaterais e trilaterais.

3.3.1 Forma da Cooperação Sino-Angolana

A despeito de a China ter intensificado, nos últimos anos, comunicação e intercâmbio de ideias com organizações internacionais e outros países em termos da cooperação com os países africanos, atualmente, a cooperação China-Angola desenvolve-se principalmente de forma bilateral.

A razão pelo que a China adota a cooperação bilateral como forma básica é que o desenvolvimento das relações sino-angolanas, ou mesmo sino-africanas, se baseia em relações

bilaterais. A China tem acumulado experiência valiosa no que diz respeito à diplomacia bilateral com Angola, a qual, nos últimos anos, se tem estendido às áreas mais abrangentes, contando com uma base cada vez mais sólida.

Ademais, devido às diferenças da concepção de desenvolvimento e dos princípios de cooperação entre a China e os países ocidentais, a China tem mantido uma postura cautelosa na participação em mecanismos multilaterais internacionais de cooperação dominados pelos países desenvolvidos. Além disso, a China acredita que a eficiência da implementação da cooperação multilateral é mais baixa do que a da cooperação bilateral.

3.3.2 Forma da Cooperação Brasil-Angola

Na prática brasileira, a cooperação com Angola realiza-se em diferentes modalidades. Além do modelo bilateral, a ABC deu ênfase às operações trilaterais, uma boa forma para contornar o problema de falta de recursos financeiros no Brasil. Neste modelo, um terceiro agente, que pode ser um país-doador, como o Japão, ou uma agência internacional, como o Banco Mundial ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entra com maior participação nos recursos financeiros investidos, enquanto o Brasil entra com pessoal e *know-how*. Os projetos são de forma geral negociados entre as três partes, cabendo ao Brasil o papel de mediador entre o financiador e o receptor, como afirma o IPEA: “O Brasil tem assumido compromissos crescentes nessa área, por entender que a cooperação triangular permite ampliar a escala e o impacto da Cooperação Sul-Sul. Na cooperação triangular, unem-se os esforços dos dois parceiros externos, favorecendo a otimização do uso de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura. Para o Governo Brasileiro, esta cooperação precisa apresentar, necessariamente, vantagens comparativas frente aos mecanismos de cooperação técnica bilateral. Nesse sentido, as parcerias triangulares geralmente envolvem projetos de maior envergadura se comparados aos dos programas bilaterais.” (IPEA, 2010)

Desta forma, o Brasil vem implementando vários projetos ou discutindo ações conjuntas com diversos países desenvolvidos e organizações internacionais, como os casos do

Projeto de Fortalecimento da Administração Pública (Brasil-Angola-Noruega) e o projeto de capacitação de recursos humanos para o Hospital Josina Machel (Brasil-Angola-Japão). Outra ação de cooperação trilateral mais famosa entre Brasil-Angola-Japão é o PROFORSA, projeto que busca o fortalecimento do sistema de saúde de Angola por meio da formação de recursos humanos e do reforço dos serviços de saúde. Ademais, o Brasil e Angola também assinaram em 2014 um acordo de Cooperação Sul-Sul com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que visa melhorar a segurança alimentar do país africano, tendo como áreas principais a pesquisa na agricultura e na veterinária.

Para o Brasil, a forma trilateral permite aumentar a escala de atuação da cooperação brasileira e complementar o seu componente técnico com um componente financeiro disponibilizado por uma terceira parte. Assim, para além de poder ampliar a cooperação com Angola e outros países em desenvolvimento, o Brasil também tem oportunidades para obter o apoio técnico dos países desenvolvidos, aprendendo a tecnologia de ponta e reforçando o próprio poder. A cooperação trilateral serve também para dar continuidade ao relacionamento bilateral entre o Brasil e o país doador do Norte.

Porém, é inegável que a cooperação trilateral também signifique maior transparência e maior responsabilidade, podendo trazer o aumento de custos de negociação e coordenação. Como existem diferenças em termos de formas, padrões e formalidades burocráticas entre os países participantes, a cooperação trilateral precisa uma maior coordenação de recursos materiais e humanos, o que pode causar a diminuição de eficiência e o aumento de custos.

3.4 COMPARAÇÃO DAS ÁREAS DA COOPERAÇÃO

Comparando as áreas da cooperação da China e do Brasil com Angola, predomina-se a construção de infraestrutura na cooperação sino-angolana, enquanto que a cooperação Brasil-Angola atribui importância em áreas de agricultura, saúde pública, educação e desenvolvimento social.

3.4.1 Áreas da Cooperação Sino-Angolana

No âmbito da construção de infraestrutura, a cooperação sino-angolana engloba diversas áreas relacionadas com o desenvolvimento económico de Angola, incluindo transporte, construção civil, pesquisa e desenvolvimento agrícola, telecomunicação, entre outras.

Na área de transporte, à solicitação do lado angolano, a China ajudou a restaurar várias rodovias e ferrovias destruídas durante a guerra civil. Apesar de terem existido ferrovias em Luanda, Benguela e Moçâmedes, eram de baixo padrão técnico, de baixa capacidade e qualidade de transporte, e não havia uma rede ferroviária nacional completa, condicionando seriamente o desenvolvimento económico do país. Assim sendo, as empresas chinesas começaram por reabilitar as ferrovias destruídas na guerra civil, as quais tinham, em 1975, mais de 3.000 km (1.471 km dos quais eram geridos pela Companhia de Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e os restantes 1.581 km explorados pelo Estado), desativados quase completamente pelos conflitos armados. A ferrovia Benguela-Luau, com mais de 1.300 km de extensão, depois de reabilitada à custa de 300 milhões de dólares, liga hoje em dia a costa atlântica à fronteira com a Zâmbia e a RDC. Foram ainda reconstruídos a ferrovia Namibe-Menongue de mais de 900 km, o novo aeroporto de Luanda e a refinaria de Lobito. As empresas chinesas, como *China Road and Bridge Corporation* (CRBC), *Sinohydro* da China, etc, têm sido os principais atores neste setor.

Na área de construção civil, a China ajudou Angola a construir habitações, aeroportos, usinas elétricas, hospitais e outras obras relevantes. Já em 2006 foi construído o Hospital Geral de Luanda em 15 meses, com um custo total de 8 milhões de dólares, dos quais 6 milhões disponibilizados pela China e os outros 2 milhões financiados por Angola.

Em termos da construção de habitações, destaca-se o projecto de Habitação Social do Kilamba Kiayi executado pela multinacional chinesa *CITIC Construction*. Trata-se do maior projeto empreitado pelas empresas chinesas em Angola e o maior projeto de habitações no território angolano, com mais de 700 edifícios para 160 mil pessoas, envolvendo o valor total de mais de 3.5 bilhões de dólares. O projeto não só construiu grandes números de edifícios de

residência, mas também ajudou a realizar o sonho de milhares de famílias angolanas, sendo o paradigma da reconstrução pós-guerra de Angola.

Em agosto de 2017, foi lançada a primeira pedra pelo Presidente angolano José Eduardo dos Santos para a construção do Projeto de Energia Hidrelétrica de Caculo Cabaça, em Dondo. Localizado na Província de Kwanza Norete, o projeto é executado pela *China Gezhouba Group Co. (CGGC)*. Sendo a maior usina hidrelétrica a ser construída por uma companhia chinesa na África, o projeto atenderá mais de 50% da demanda de energia do país, resolvendo, desta forma, o problema de falta de energia do país, contribuindo significativamente para a construção econômica nacional de Angola, além de criar postos de emprego para os trabalhadores angolanos (KUNPENG, 2017).

A cooperação agrícola ganhou fôlego nas relações sino-angolanas nos últimos anos. Dono de terras férteis e clima ameno, Angola já foi celeiro do Sul da África. Mas, os longos anos de guerra civil devastador fez com que o país ficasse dependente da importação de quase tudo para o consumo doméstico, desde alimentos, vegetais, carne, ovo a outros produtos básico, indispensáveis para a vida quotidiana. Para inverter a situação e estimular a potencialidade agrícola do país, o Governo Angolano adotou uma série de medidas para desenvolver o setor agrícola e concretizar gradualmente a diversificação da economia nacional. A China possui experiência madura na produção agrícola, como também tem tecnologias avançadas em cultivo, seleção de sementes e irrigação. Assim, a China ajudou a construir várias bases agrícolas em Angola e ofereceu treinamentos técnicos aos operários angolanos para os ajudar a dominar tecnologia chave na produção agrícola. Nesta área, a empresa chinesa *CITIC Construction* gere atualmente duas importantes áreas agrícolas com 20 mil hectares nas províncias do Uíge e de Malange, que servem como zonas piloto para o desenvolvimento agrícola de Angola. A propriedade agrícola da *CITIC Construction* em Malange, a 380 quilómetros de Luanda, é considerada a mais moderna e avançada de Angola, tendo colhido mais de 10 mil toneladas de cereais na última campanha agrícola (GRUPO CHINÊS..., 2015). A execução dos projetos agrícolas ajuda substancialmente à superação de problemas como segurança alimentar, erradicação de pobreza e aumento de padrão de vida do povo angolano.

3.4.2 Áreas da Cooperação Brasil-Angola

Tomando a cooperação técnica como ponto de partida, a cooperação Brasil-Angola concentra-se essencialmente nas áreas como agricultura, saúde pública, educação e desenvolvimento social, entre outras

Na área de agricultura, tradicionalmente, a cooperação brasileira com Angola passava quase exclusivamente pelas ações de capacitação oferecidas pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que visavam levar para os países parceiros conhecimentos e tecnologias agropecuários que permitiram ao Brasil se tornar um importante produtor e exportador mundial de produtos agropecuários. Por exemplo, a Embrapa executa desde o início de 2014 um projeto de fortalecimento da atuação de instituições públicas de pesquisa agrícola em Angola (EMBRAPA, 2017), em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do país, o Instituto de Investigação Agronômica, o Instituto de Investigação Veterinária e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O objetivo principal do projeto é ampliar a capacidade de pesquisa e inovação dos institutos e, dessa forma, contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura nacional de Angola. A iniciativa faz parte do Programa Brasil-FAO de Cooperação Sul-Sul Triangular.

Vale referir também o projeto de “Curso de Produção Sustentável de Hortaliças”, voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar, e o projeto Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola, que se destina a promover a ampliação da capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da fruticultura tropical e da olericultura. Através da cooperação técnica na área de agricultura, o Brasil pode aumentar a exportação de máquinas agrícolas para Angola e promover a divulgação de tecnologias agrícolas avançadas, o que pode ser considerado como uma estratégia para competir com os países que possuem maior recursos financeiros para investir em Angola, como é o caso da China.

Na área de saúde pública, destaca-se o papel da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo), instituição que tem como objetivo promover a saúde e o desenvolvimento social e gerar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa fundação realiza diversos projetos em parceria com a ABC em Angola. Por exemplo, o projeto "Capacitação do Sistema de Saúde de Angola", financiado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores, visa à implantação de uma biblioteca de saúde pública em Luanda.

Vale mencionar, também, o Projeto Piloto em Doença Falciforme, cujo objetivo é apoiar a redução da taxa de morbimortalidade causada pela doença falciforme em Angola por meio do apoio à consolidação das políticas públicas para a enfermidade no país, implantação de triagem neonatal e diagnóstico laboratorial e por imagem e fortalecimento das capacidades técnicas. Em 2014 foi assinado ainda um acordo sobre um programa de prevenção e controle de malária, implementado pela Fiocruz, para a capacitação dos quadros médicos e a divulgação das tecnologias relevantes, tendo obtido bons resultados.

Na área de educação, destaca-se o projeto "Escola de Todos", conduzido pelo Ministério da Educação do Brasil e o Governo Angolano, que promove a adequação do sistema educacional a alunos com necessidades especiais, capacitando professores e organizando materiais didáticos específicos. Nesta área, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil teve papel preponderante na construção do centro de estudos profissionalizantes em Angola, em conjunto com a ABC, denominado Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, cujos trabalhos tiveram início em 1997. Nessa altura, ainda em plena guerra civil no país, o centro teve papel essencial em contribuir para a reinserção social e a reconstrução nacional de Angola por meio da formação e reciclagem de mão-de-obra desmobilizada.

Outra linha de trabalho do SENAI na África envolve a prestação de serviços educacionais e técnicos às empresas brasileiras, que teve início em 2007, com o apoio do SENAI à Odebrecht no lançamento do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC) em Luanda (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p. 68). Dentre as iniciativas recém lançadas pelo SENAI, também se encontra a criação do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola-Japão.

Além disso, existem também cooperações entre os dois países na área de desenvolvimento social. Neste particular, destaca-se a importância dos programas para a implementação de proteção social, com o objetivo de criar condições para a geração de um crescimento mais inclusivo (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). Uma das iniciativas neste quesito é a implementação do projeto Fome Zero, baseado na experiência do Brasil no combate à fome e pobreza. Assim, em Angola, em 2009, o governo passou a se concentrar na promoção e proteção dos direitos das pessoas vulneráveis, no combate à pobreza e na redução das assimetrias regionais.

Devido à diferença das áreas de cooperação entre a China e o Brasil, evidencia-se também uma diferença relativamente grande no que diz respeito a atores de cooperação dos dois países. A cooperação da China com Angola, em particular na área de infraestrutura, é orientada em grande parte pelo Governo Chinês. O Ministério do Comércio, o Ministério das Relações Exteriores, o EXIMBANK e as empresas chinesas (incluindo empresas estatais e empresas privadas) são os participantes principais. A participação de organizações não governamentais e instituições acadêmicas é relativamente fraca.

No caso brasileiro, além da ABC e o Ministério das Relações Exteriores, os atores que participam da cooperação com Angola também envolvem Ministério da Educação, Ministério de Saúde, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Social e outros órgãos do poder federal brasileiro; governos estaduais, governos municipais e outros setores dos governos regionais; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e outras empresas estatais brasileiras; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Fundação de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e outros institutos públicos de pesquisa; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras; e organizações particulares e não governamentais. Com a participação de diversos atores, o Brasil pode desenvolver cooperações com Angola em áreas mais amplas por canais mais diversificados, ampliando o raio de influência do Brasil em Angola.

Apesar de existirem diferenças evidentes em áreas de cooperação com Angola, a cooperação da China e do Brasil com Angola tem pontos comuns. Antes de mais, ambos os países dão prioridade à construção de infraestrutura. Após a guerra civil angolana, a falta de

infraestruturas que ligavam as diferentes regiões condicionou seriamente a valorizações das vantagens regionais no sentido de desenvolver a economia nacional. A fraqueza do setor de infraestrutura também enfraqueceu a capacidade do governo para fornecer serviços públicos como saúde, educação, etc., obstruindo a elevação do padrão de vida do povo angolano. Por isso, os projetos implementados pelas empresas chinesas e brasileiras podem servir precisamente para resolver estes problemas e ajudar a promover o desenvolvimento econômico de Angola e a melhoria da qualidade de vida do povo angolano.

Do lado brasileiro, destaca-se a atuação da Odebrecht, que estabeleceu uma *joint venture* denominada BIOCUM (Companhia de Bioenergia de Angola), junto com a empresa estatal angolana, Sonangol, e a firma Demer de Angola, com um investimento de US\$ 400 milhões. O projeto visa à utilização de cana-de-açúcar para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica e deverá ter um grande impacto sobre a economia angolana, primeiro porque o país importa 80 milhões de toneladas por ano de açúcar e, segundo, porque o projeto já está produzindo 565 megawatts (MW) de energia (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p. 76). A construção de infraestrutura pela China em amplas áreas, por sua vez, além de contribuir para melhorar o ambiente de investimento e o padrão de vida do povo angolano, também promove o desenvolvimento dos setores de energia, agricultura, telecomunicação, entre outros, estabelecendo uma base firme para a reconstrução pós-guerra do país.

Deve-se frisar também que, as áreas de cooperação da China e do Brasil com Angola são reflexões das vantagens próprias adquiridas ao longo do seu próprio desenvolvimento. A cooperação da China com Angola concentra-se na construção de infraestrutura e na energia, denominadas *hard investment*, que, apesar da ampliação nos últimos anos do âmbito de cooperação entre os dois países, continua a predominar as áreas da atuação das empresas em Angola. E isso tem a ver com a própria experiência de desenvolvimento da China. É que, durante o processo de desenvolvimento econômico chinês, o setor de infraestrutura tem desempenhado um papel extremamente importante, constituindo a principal força motriz para estimular o crescimento econômico do país. E, após décadas de desenvolvimento, a China possui vantagens relevantes na construção de infraestrutura, especialmente as tecnologias avançadas e as ricas experiências de construção acumuladas ao longo dos anos. A cooperação

com Angola nesta área é uma extensão das vantagens chinesas.

O mesmo acontece com a cooperação Brasil-Angola. O foco de atenção do Brasil na cooperação técnica, abrangendo as áreas como agricultura, educação, saúde, entre outras, também está fortemente ligado à sua própria experiência de desenvolvimento. Como um dos maiores países exportadores de alimentações do mundo, o Brasil tem acumulado muitas experiências em desenvolvimento agrícola. E, na área social, as suas experiências adquiridas na execução bem sucedida dos vários programas sociais nos anos anteriores também serviram de exemplo para a implementação dos projetos como Fome Zero e prevenção e tratamento da AIDS e malária em Angola. Embora o valor de investimento brasileiro seja menor do que o da China, a cooperação técnica e o foco na área de desenvolvimento social já obtiveram resultados bastante positivos.

Vê-se, portanto, que tanto a China como o Brasil tentam introduzir as suas experiências bem sucedidas a Angola, mas, devido às diferentes características política, econômica e social, Angola precisa fazer uma adaptação destas experiências conforme a suas realidades nacionais. Ademais, existe ainda o problema comum nas cooperações da China e do Brasil com Angola, que é a falta de supervisão e avaliação contínua dos projetos de cooperação, como também não foram criados bancos de dados em que constam as informações quantitativas e qualitativas sobre os projetos realizados. Trata-se de um problema comum existente na cooperação dos países emergentes com os países africanos e será um dos aspetos que a China e o Brasil têm que procurar melhorar nas futuras cooperações com os países africanos.

3.5 COMPARAÇÃO DAS PRÁTICAS DAS EMPRESAS CHINESAS E BRASILEIRAS EM ANGOLA

3.5.1 Vantagens das Empresas Chinesas em Angola

Desde o início da cooperação entre a China e Angola no início do século XXI, mais de 50 empresas estatais e cerca de 500 empresas privadas chinesas têm participado no processo

de reconstrução nacional de Angola. Os projetos de construção incluem ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, escolas, apartamentos de residência, usinas elétricas, instalações de telecomunicação e energia, entre outros, contribuindo de forma substancial para a recuperação pós-guerra de Angola e a revitalização econômica angolana. O número dos projetos realizados é bastante grande. Além dos já mencionados atrás, vale referir ainda o projeto de reconstrução de uma estrada entre Luanda e a província de Uíge, executado pela CRBC (*China Road and Bridge Corporation*), o projeto de construção da central de ciclo combinado do Soyo executado pela CMEC (*China Machinery Engineering Corporation*) e vários projetos da HUAWEI *Technologies Co.Ltd* e ZTE *Corporation* que visam ao aumento da capacidade de telecomunicação civil e militar, à criação de centros de pesquisa e desenvolvimento de telecomunicação e ao treinamento de funcionários angolanos. Através da cooperação com Angola, enquanto ajudaram ao desenvolvimento angolano, as empresas chinesas também puseram em prática a sua estratégia de internacionalização. Por isso, a cooperação sino-angolana é um caso, por excelência, de benefício mútuo.

As vantagens das práticas chinesas consistem nos seguintes aspetos:

Em primeiro lugar, as empresas chinesas possuem vantagens competitivas em termos dos custos humanos e materiais. Ganhada a licitação e assinado o contrato, as empresas chinesas muitas vezes contratam trabalhadores chineses para trabalhar nas obras em Angola, fornecendo-lhes alojamentos e outras necessidades básicas, além de lhes pagar o salário. Comparando com as empresas brasileiras, que costumam contratar operários angolanos, os custos das empresas chinesas são mais baixos (JING JING; MA DING, 2008, p.72). Ademais, o preço e a qualidade de materiais adquiridos da China também asseguram a competitividade das empresas chinesas no mercado angolano, pois com tecnologias cada vez mais maduras e avançadas, produzem-se na China materiais de alta qualidade, mas com custos comparativamente baixos.

Em segundo lugar, as empresas chinesas trabalham com uma eficiência maior. As empresas chinesas costumam aplicar o sistema de trabalho por turnos, o que garante bom progresso das obras. Além disso, o sistema de “uma máquina, dois operários”, adotado por várias empresas chinesas, garante ainda maior eficiência dos seus trabalhos. Neste sistema, os

operários trabalham por turnos diurno e noturno, enquanto que as máquinas nunca param, o que acelera consideravelmente o avanço dos trabalhos. Ademais, em comparação com os trabalhadores dos outros países, a taxa de assiduidade dos trabalhadores chineses é mais alta. Por último, a capacidade técnica dos trabalhadores chineses também é um fator importante, porque, antes de ir para o estrangeiro, eles normalmente recebem formações e treinamentos profissionais oferecidos pelas empresas empregadoras.

Em terceiro lugar, nas práticas das empresas chinesas em Angola, o papel das empresas estatais é extremamente importante, pois não só atuam como executores das obras, como também são pioneiros na exploração do mercado angolano. As empresas estatais que atuam nos países africanos apresentam duas características importantes: primeiramente, contando com o apoio do Governo Chinês, estas empresas chinesas podem considerar as questões numa perspectiva estratégica de longo prazo. Quando necessário, podem sacrificar mesmo os interesses imediatos. Em segundo lugar, as empresas estatais chinesas podem obter dos bancos chineses grande volume de empréstimos preferenciais, não precisando de se preocupar com a fonte de recursos financeiros, o que lhes garante os necessários investimentos iniciais para os projetos na África. Acrescenta-se ainda as políticas favoráveis oferecidas pelo Governo Chinês às empresas chinesas quanto ao investimento no estrangeiro.

3.5.2 Problemas e Desafios Enfrentados pelas Empresas Chinesas

Nos últimos anos, têm surgido controvérsias relacionadas com a presença chinesa em Angola, fato que não pode ser ignorado.

A primeira controvérsia relaciona-se com a contratação de mão-de-obra local e a transferência tecnológica. Se bem que a chegada das empresas chinesas traga oportunidades de emprego para Angola, e o Acordo-Quadro de cooperação firmado entre os Governos Chinês e Angolano preveja uma proporção dos trabalhadores angolanos nos projetos executados pelas empresas chinesas, estas preferem, de fato, contratar trabalhadores chineses, sobretudo para os postos que exijam maior competência técnica e tecnológica, como por exemplo operários técnicos e engenheiros. Lucy Ash, jornalista da BBC, evidenciou na sua

crônica “*Crossing Continents*” que, ao visitar os estaleiros de construção civil das empresas chinesas fora de Luanda, não viu muitos operários angolanos a trabalhar. A aplicação deste modelo chinês em Angola gera, portanto, controvérsias. Mas, na verdade, esta prática das empresas chinesas tem a ver com o fato de ser difícil contratar trabalhadores tecnicamente bem preparados devido à destruição do ensino básico e profissional pela guerra nos anos anteriores. Nota-se que, hoje em dia, o ensino profissional de nível superior em Angola centra-se na indústria de petróleo e mineração, o que faz com que se verifique uma grande carência de engenheiros e técnicos habilitados para os outros setores industriais.

Em relação à concorrência do mercado, os baixos preços dos produtos e a forte competitividade das empresas chinesas causaram um certo impacto sobre as empresas locais, especialmente as empresas de construção civil. As empresas chinesas, vencedoras das licitações, preferem subcontratar empresas chinesas para o fornecimento de materiais, máquinas e serviços, além de recrutar trabalhadores da China, em detrimento das empresas locais, o que não ajuda a criar oportunidades de emprego no local, como também não ajuda a desenvolver indústrias nacionais de Angola. Percebendo-se do problema, o Governo Angolano acrescentou uma condição ao novo Acordo-Quadro Sino-Angolano, exigindo que as empresas chinesas subcontratassem trabalhos equivalentes a 30% do valor total dos projetos às empresas locais. Porém, existem dois fatores que impedem as empresas chinesas de usar subcontratados locais: primeiro, as empresas locais não são capazes de atender às exigências das empresas chinesas em termos da qualidade dos serviços e do ritmo de avanço dos trabalhos. Segundo, muitos projetos contratados pelas empresas chinesas são projetos de baixo teor técnico, pelo que os lucros são relativamente pequenos. Assim, torna-se financeiramente pouco viável subcontratar as empresas locais que normalmente pedem um preço mais alto em comparação com as suas congêneres chinesas. Este é, na verdade, um problema comumente enfrentado pelas empresas chinesas na África.

Em terceiro lugar, no que diz respeito à operação localizada, a proporção dos trabalhadores chineses que trabalham nos projetos em Angola e que falam inglês ou português é relativamente pequena. Assim, pode-se ver que a maioria dos trabalhadores da linha de frente, especialmente os trabalhadores de construção, vive concentrados no estaleiro das obras,

não comunicando com os locais. Por consequência, é difícil que as empresas chinesas em Angola sejam integradas com os funcionários, autoridades, empresários e residentes angolanos. Isso trará mais dificuldades às empresas chinesas na exploração do mercado local, o que restringe muito a competitividade das empresas chinesas.

Com o aumento da influência em Angola, as empresas chinesas têm enfrentado uma pressão internacional cada vez maior. No processo da cooperação sino-angolana, foram registrados alguns casos de violação de direitos humanos e problemas ambientais relacionados com extração de madeira e energia, exploração de mineração e construção de barragens. Na cooperação de infraestrutura, devido ao grande número de pessoas envolvidas na deslocalização, isso já se tornou uma importante questão de direitos humanos enfrentada pela China na sua cooperação com a África. Por exemplo, por um lado, a construção de projetos de barragens em Angola pela China aumentou o fornecimento de eletricidade local e a capacidade de irrigação, por outro lado, estes projetos também se relacionam com a questão da migração de moradores em torno das águas. O tratamento inadequado das questões de imigração ameaça diretamente os direitos humanos dos habitantes locais. Além disso, o impacto negativo de projetos de infraestrutura, como grandes barragens, no ambiente ecológico local também foi criticado frequentemente.

3.5.3 Vantagens das Empresas Brasileiras em Angola

Angola é o país em que atuam maior número de empresas brasileiras no continente africano. A abundância de reservas minerais, o potencial para o desenvolvimento do agronegócio e a construção civil têm constituído importantes fatores que atraem empresas brasileiras para o mercado angolano. Iniciando o seu negócio com Angola em 1978, a Petrobrás foi a primeira empresa brasileira a investir no país, tendo realizado, em colaboração com o lado angolano, projetos em biocombustíveis e prospeção de petróleo nas águas profundas e ultraprofundas. Aliás, atualmente, as construtoras brasileiras constituem a força principal da cooperação com Angola, em particular nos projetos de infraestrutura, de entre as quais, destacam-se Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, etc. A par delas, Furnas,

Petrobrás, Vale do Rio Doce e Embraer também têm vindo a executar projetos importantes no território angolano.

Vale sublinhar a atuação de algumas empresas brasileiras na construção de infraestrutura em Angola. A primeira delas, a Odebrecht, que atua no país desde 1984 quando iniciou a construção da Hidrelétrica de Capanga, tem hoje umas dezenas de projetos em andamento em Angola, sendo sua maioria grandes projetos de obras públicas, incluindo a “construção da Hidrelétrica de Laúca, trabalhos civis e eletromecânicos na Hidrelétrica de Cambambe, terraplanagem da Refinaria de Lobito, obras do Aeroporto de Namibe e a Rodovia de Benguela-Baía” (CALICH, 2015, p. 43). A atuação desta empresa também é importante na área energética, onde atua em uma *joint venture* denominada BIOCUM (Companhia de Bioenergia de Angola), junto com a empresa estatal angolana, Sonangol, e a firma Demer de Angola, com um investimento de US\$ 400 milhões. O projeto visa à utilização de cana-de-açúcar para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica. A Andrade Gutierrez é outra empresa brasileira que tem atuação importante no setor de infraestrutura, nomeadamente na construção de estradas e rodovias e no planejamento urbano, entre outros. A empresa Camargo Correa também atua no país nos setores de cimento (com uma fábrica em Benguela), engenharia e construção. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fornece políticas preferenciais no que diz respeito ao subsídio financeiro à exportação e ao crédito de exportação para as empresas brasileiras.

Comparativamente, as empresas brasileiras possuem as seguintes vantagens: em primeiro lugar, as grandes empresas multinacionais brasileiras são a principal força do investimento brasileiro em Angola. No entanto, diferente do caso chinês, em que a maioria das grandes empresas que atuam no mercado angolano é de propriedade estatal e trabalham individualmente, muitas empresas brasileiras formam *joint ventures* com empresas locais, como na construção do primeiro *shopping mall* de Luanda, o Belas Shopping, a Odebrecht estabeleceu uma parceria com a angolana HO Gestão de Investimentos (Hogi). Este modelo de operação pode aproveitar ao máximo os recursos locais, garantindo maior interação com a comunidade local, de forma a satisfazer melhor as demandas do povo angolano.

Em segundo lugar, a operação localizada é outra grande vantagem para as empresas

brasileiras, como também a razão principal pelo que as empresas brasileiras são aplaudidas e obtêm com maior facilidade bons resultados no mercado angolano. As empresas brasileiras como Vale e Odebrecht são grandes corporações multinacionais e possuem ricas experiências em operação internacional, são, por isso, bons exemplos da operação das empresas brasileiras no mercado angolano. Além disso, as vantagens culturais e linguísticas e gerenciamento localizado também são uma vantagem importante que faz com que se torne mais fácil para as empresas brasileiras utilizarem e gerirem os trabalhadores angolanos.

Como atores importantes da cooperação técnica promovida pelo Governo Brasileiro, as empresas brasileiras atribuem muita importância à transferência de tecnologia, treinamento de pessoal e desenvolvimento social na execução dos projetos cooperativos em Angola. Por exemplo, a construtora Odebrecht, que tem uma série de importantes projetos em Angola, dá grande ênfase à responsabilidade social nas suas operações. Desde que entrou no mercado angolano, a Odebrecht vem treinando mais de 10.000 profissionais locais. De acordo com estatísticas, a Odebrecht foi, durante alguns anos, a segunda maior geradora de empregos em Angola, sendo 90% dos seus 16 mil funcionários angolanos (GAIO, 2012, p. 37). Além disso, a empresa também pôs em prática uma série de programas nas áreas de prevenção da AIDS, saúde das mulheres, desenvolvimento de vacinas contra a poliomielite e proteção ambiental. Por exemplo, entre outras iniciativas, a Odebrecht coordenou um programa de Alfabetização para Adultos em parceria com a Repartição Educação Municipal de Cacusso e apoia a formação de jovens empreendedores rurais. Estes projetos receberam grandes elogios em Angola e contribuíram para melhorar a reputação das empresas brasileiras em Angola. As empresas brasileiras também cumprem as leis locais, proporcionam aos funcionários angolanos um bom tratamento e treinamento técnico, e prestam atenção à proteção de seus direitos e interesses. Isso não só forma técnicos e engenheiros locais, mas também satisfaz as necessidades das empresas brasileiras para o emprego local.

3.5.4 Problemas e Desafios Enfrentados pelas Empresas Brasileiras

Com o aumento da influência brasileira em Angola, as empresas brasileiras também

enfrentam pressões oriundas da opinião pública externa, embora menos fortes em comparação com as sofridas pelas empresas chinesas.

Como acontece com as empresas chinesas, as empresas brasileiras também são criticadas pelo tratamento inadequado à população envolvida na deslocalização das áreas de construção de infraestrutura, sendo acusadas pela violação de direitos humanos dos habitantes locais. E, em alguns projetos de agricultura, as empresas brasileiras e as instituições relacionadas têm sido, frequentemente, acusadas de ter introduzido em Angola o sistema agrícola brasileiro, que não é adequado ao desenvolvimento local e prejudica a saúde, meio ambiente e cultura local.

O outro fator que pode trazer incertezas à cooperação Brasil-Angola diz respeito às recentes mudanças na política brasileira e as suas consequências incidentes sobre as relações com a África. A gestão de Temer parece sinalizar o retorno de paradigmas deixados de lado pela diplomacia brasileira há décadas, especialmente quando afirmou o desejo da substituição das relações Sul-Sul pelo velho foco nos “parceiros tradicionais”, especialmente nos Estados Unidos e na União Europeia. Esta contração estratégica da política africana vai afetar, inevitavelmente, as relações Brasil-África e, mais concretamente, a atuação das empresas brasileiras em Angola.

Ademais, com o avanço da Operação Lava Jato, várias empreiteiras brasileiras estão a ser investigadas por causa das práticas de corrupção e perdem, por isso, o seu protagonismo na cooperação com Angola. Essas investigações, em curso já há 3 anos, vêm revelando esquemas de corrupção em que se envolveram as maiores empreiteiras brasileiras, que tiveram que vender ativos, demitir altos executivos e até pedir recuperação judicial para sobreviver. Desde maio de 2016, o BNDES suspendeu a liberação de fundos para 25 projetos em nove países, executados pelas empreiteiras investigadas na Lava Jato (LAPORTA; TREVIZAN, 2017). Perante esta situação, muitas empresas mudaram da sua estratégia, priorizando os planos de sobrevivência, em detrimento dos planos de desenvolvimento, o que certamente vai afetar as suas atuações no mercado angolano.

3.6 INSPIRAÇÕES DA ATUAÇÃO BRASILEIRA EM ANGOLA PARA A CHINA

Finda a guerra civil em Angola, em 2002, havia no país uma grande necessidade de recursos financeiros para a sua reconstrução e desenvolvimento. No entanto, nesta altura, os países ocidentais evidenciaram uma atitude muito cautelosa e passiva relativamente ao pedido de empréstimos do Governo Angolano, devido à falta de garantias e de capacidade de reembolso. Nesta circunstância, os empréstimos fornecidos pela China foram vitais para a reconstrução nacional de Angola. A implementação dos projetos permitiu que o povo angolano se beneficiasse rapidamente da paz, estabilizando assim a situação política do país. O Governo Angolano transformou suas vantagens de recursos naturais em uma vantagem de desenvolvimento econômico, tornando o país em um dos países africanos com um crescimento econômico mais acelerado nos últimos anos.

No entanto, embora de forma geral as reações quanto ao *Angola Model* praticado pela China sejam positivas, é de salientar que, à medida que a necessidade urgente da construção de infraestruturas for gradualmente aliviada, o número de projetos da propriedade do Governo Angolano será reduzido, e, conseqüentemente, o Governo Angolano muito provavelmente não vai querer continuar a usar o *Angola Model* para usar o capital chinês. O *Angola Model* tem toda a possibilidade de ser substituído por outros modelos que melhor se adaptem à nova situação. O Programa de Governo 2017-2022 do MPLA já não considera a construção de infraestrutura de grande escala como tarefa principal do Governo, enquanto que a diversificação da economia, especialmente o desenvolvimento agrícola, a criação de empregos e o apoio ao empresariado nacional já são prioritários para o Governo Angolano. Na política externa angolana, a parceria mais diversificada já se tornou um princípio importante. Orientado por este princípio, quanto à cooperação econômica, Angola vai procurar estabelecer parcerias econômicas com mais países quanto possível, não permitindo, por isso, que qualquer país mantenha uma influência excessiva em Angola.

Assim, a China precisa considerar a mudança da forma de pensar e de cooperar com Angola e expandir a cooperação bilateral para além dos setores de petróleo e de infraestrutura, para que a cooperação sino-angolana possa continuar a se desenvolver. Ao mesmo tempo, as

empresas chinesas precisam ponderar como se integrar melhor na comunidade local, criar uma boa imagem junto das comunidades locais e atualizar os seus negócios. Neste aspeto, baseando-se na análise das características e vantagens da atuação brasileira no mercado angolano, talvez as empresas chinesas possam aprender com as suas congéneres brasileiras nos seguintes: em primeiro lugar, a China deve evitar concentrar a sua cooperação nas áreas de petróleo e mineração onde os motivos de interesses económicos são proeminentes, promovendo uma cooperação coordenada em várias áreas. Perante um cenário cada vez mais crítico em termos da opinião pública internacional, o nacionalismo económico prevalecente na África e a oferta cada vez mais cautelosa de petróleo do lado angolano, a ampliação das áreas de cooperação entre os dois países tem que ser uma prioridade para a cooperação sino-angolana. Quanto às áreas de cooperação, a China deve envolver-se mais em áreas intimamente relacionadas com o bem estar do povo angolano, como cultura, educação, proteção ambiental e serviços comunitários. Embora a China e Angola mantenham alguns projetos de cooperação na área educacional, a sua escala está longe de ser comparável com a cooperação económica. No campo económico, a China pode valorizar mais as suas vantagens tecnológicas e de capacidade produtiva, aumentar o apoio à área de energia limpa, como energia solar, energia eólica e energia nuclear, incentivando empresas chinesas com capacidades inovadoras para se juntarem à cooperação com Angola. Além disso, como o maior país em desenvolvimento do mundo, a China possui experiências de desenvolvimento agrícola bem sucedidas que têm uma forte atração para com os países africanos. Angola é rico em recursos agrícolas e tem um grande potencial de desenvolvimento agrícola, mas é relativamente atrasado em termos da tecnologia e a eficiência da produção. Perante esta situação, a China pode fornecer a Angola suporte técnico e ajudá-lo a melhorar a sua capacidade de produção agrícola. É aconselhável que a China reforce a formação de tecnologias agrícolas, construção dos projetos básicos, estabelecimento de centros-modelo da agricultura e a produção e valorização dos produtos agrícolas locais, com o finalidade de alargar, via múltiplos canais, a influência da China em Angola e gerar maiores valores económico e social para Angola.

Em segundo lugar, é importante que a China sintetize e divulgue a sua experiência de

desenvolvimento para ajudar ao desenvolvimento sócio-econômico de Angola. Neste particular, a experiência brasileira serve de bom exemplo para a China. É que, as políticas e medidas bem sucedidas no Brasil para a erradicação de pobreza e o desenvolvimento social são muito bem recebidas pelo povo angolano. E isto constitui precisamente um ponto fraco na cooperação sino-angolana. Por isso, a China pode divulgar em Angola os seus conceitos e experiências de desenvolvimento bem sucedidos, o que não só vai ajudar ao desenvolvimento econômico e ao melhoramento da governança social do país, como também pode contribuir para eliminar a acusação da comunidade internacional quando diz que a China, ao cooperar com Angola, se preocupa excessivamente com os interesses econômicos, preocupando-se pouco com a responsabilidade internacional, a responsabilidade social, a transparência das operações, entre outros comentários negativos.

Por exemplo, na cooperação com Angola, a China pode preconizar o conceito de desenvolvimento independente que sempre defendeu na sua trajetória de desenvolvimento. A China não poderá continuar a procurar excessivamente o aumento do número dos projetos e disponibilizar apoios financeiros, porque isto não só é insustentável a longo prazo, como também cria nos países africanos, incluindo Angola, o sentimento de dependência da China, o que não será nada aplaudível. Ao prestar apoios, é necessário preocupar-se mais em “ensinar a pescar” e com os projetos sustentáveis, especialmente desenvolver os projetos de pequeno porte mas relacionados com o bem-estar do povo angolano. Além disso, os projetos de cooperação devem ser realizados simultaneamente com os treinamentos relevantes para ajudar o lado angolano a dominar as respectivas tecnologias. Isso não só contribui para prevenir acusações como "a China não realizou transferência de tecnologia", mas também evita a necessidade de permanência dos trabalhadores chineses em Angola após a conclusão dos projetos de construção para garantir o bom funcionamento dos projetos.

Em terceiro lugar, é necessário desenvolver cooperações multilaterais para aliviar as pressões externas e compartilhar os riscos relativos. Atualmente, a cooperação sino-angolana baseia-se principalmente na cooperação bilateral. A cooperação com países ocidentais, outros países emergentes e organizações internacionais é muito limitada. Analisando as experiências de cooperação entre o Brasil e Angola, vê-se que o fortalecimento das trocas com os países

desenvolvidos é benéfico para as três partes. A cooperação trilateral não só oferece oportunidades para que todas as partes aprendam umas com as outras, mas também aumenta a eficácia da cooperação e pode compartilhar riscos, respondendo conjuntamente pelas pressões externas. Além disso, esta forma de cooperação também é viável para a China, porque a cooperação trilateral é cada vez mais considerada como um canal útil para conectar a Cooperação Sul-Sul e a assistência Norte-Sul e uma nova forma eficaz para desenvolver cooperações.

Temos que estar conscientes de que a cooperação entre a China e os países africanos, incluindo Angola, já não é apenas uma questão bilateral, envolvendo somente a China e a África, mas sim uma questão que se sujeita à influência de um número cada vez maior de fatores internacionais. Na solução dos problemas globais, tais como erradicação da pobreza, antiterrorismo e mudanças climáticas, a cooperação multilateral já se tornou uma tendência irreversível.

Tendo em conta as diferenças existentes entre a China e os países ocidentais e as organizações internacionais, a cooperação multilateral da China na fase atual pode basear-se no aprimoramento do entendimento mútuo como o conteúdo principal, de forma a lançar as bases para uma cooperação aprofundada de longo prazo, incluindo o estabelecimento de mecanismos de comunicação, a promoção do entendimento mútuo e o compartilhamento de experiências. Posteriormente, com o aprofundamento da compreensão entre as partes, pode-se desenvolver projetos de cooperação com base no princípio de “buscar pontos comuns ao preservar as divergências”, a fim de concretizar uma cooperação abrangente e de longo prazo.

Na seleção dos parceiros, primeiramente, a China deve fortalecer a cooperação com as principais organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e organizações multilaterais da África, para aprender as suas experiências, aliviar a pressão de recursos financeiros e aumentar a transparência das informações. Além disso, a China também pode estabelecer mecanismos de cooperação com organizações não-governamentais de renome internacional e organizações de voluntários. Sabe-se que os integrantes das organizações privadas de voluntários são principalmente intelectuais e membros de elite, com bons conhecimentos profissionais e perspectivas específicas na

interpretação dos problemas. O intercâmbio e a cooperação com estas organizações pode ajudar a comunicar com as comunidades locais, ouvindo as suas opiniões, para que as pessoas locais possam entender melhor o propósito da cooperação sino-angolana. Ao mesmo tempo, o *feedback* dos residentes locais também pode ajudar a uma cooperação mais eficaz.

Em quarto lugar, as empresas chinesas em Angola devem prestar mais atenção à sua estratégia de atuação no mercado angolano, integrando-se mais ativamente na sociedade local, cumprindo as responsabilidades sociais e aumentando o nível de localização das empresas. Os projetos do *Angola Model* forneceram oportunidades para as empresas chinesas se instalarem no mercado angolano, reduzindo os riscos dos investimentos iniciais. Além disso, a coordenação a nível governamental reduziu consideravelmente as complicações burocráticas, criando facilidades para as empresas chinesas explorarem novos mercados em Angola. No entanto, para aproveitar melhor essas oportunidades, as empresas chinesas ainda precisam fazer grandes esforços. Primeiramente, no mercado angolano, as empresas estatais chinesas têm uma compreensão significativamente fraca dos riscos de investimento em comparação com as empresas privadas oriundas dos países ocidentais e do Brasil. Ao entrar no mercado angolano, as empresas chinesas chegam na qualidade de executores dos programas no âmbito da assistência econômica oferecida pelo Governo Chinês, pelo que lhes faltam o entusiasmo pela exploração do mercado. Por isso, a par da mudança dos tempos, torna-se indispensável as empresas chinesas mudarem a sua estratégia de operação se quiserem continuar a atuar no mercado angolano. Ao formular os seus planos de desenvolvimento, as empresas chinesas precisam considerar de forma mais abrangente, atribuir mais importância à tecnologia e analisar mais cautelosamente os riscos que possivelmente enfrentam.

Adicionalmente, é necessário que as empresas chinesas resolvam o problema de língua e eliminem as barreiras culturais, procurando enraizar-se em Angola. Por um lado, as empresas chinesas devem intensificar a formação da língua portuguesa aos seus trabalhadores, por outro lado, também podem oferecer cursos regulares de formação da língua chinesa aos trabalhadores angolanos. Assim, pouco a pouco, os trabalhadores chineses e angolanos já podem comunicar-se um com o outro, promovendo a integração interna nas empresas. É importante também que as empresas chinesas fortaleçam a divulgação dos conhecimentos

básicos sobre Angola e a África aos seus trabalhadores chineses envolvidos nas operações em Angola, de forma a evitar os mal-entendimentos, contradições e conflitos com os angolanos, originados pelas diferenças políticas, culturais e de costumes. Deve-se ainda estabelecer mecanismos que encorajem os trabalhadores chineses a fortalecer o intercâmbio com os locais e a integrar-se na sociedade angolana. As empresas chinesas podem criar fundos de educação e treinamento ou fundos para a redução da pobreza para apoiar o desenvolvimento social angolano. Estas medidas não só ajudam a criar uma boa imagem das empresas chinesas junto das comunidades locais, como também podem servir para contra-atacar as críticas internacionais.

Além disso, o Governo Chinês deve regular o comportamento comercial das empresas chinesas em Angola e dar orientações às empresas chinesas no sentido de manter um equilíbrio entre a busca de interesses econômico e o cumprimento das responsabilidades sociais. Para isso, é importante que as empresas chinesas tenham uma visão internacional, cientes das suas responsabilidades e da urgência de mudança das suas práticas. É que, para a concretização da internacionalização, as empresas chinesas têm que localizar os seus empregados, especialmente do quadro administrativo. Caso contrário, a empresa nunca se integrará na sociedade local, e, por conseguinte, nunca se efetuará uma verdadeira internacionalização.

Por fim, é necessário que as empresas chinesas aprendam os avançados conceitos de operação, padrões técnicos e normas de gestão das grandes empresas multinacionais brasileiras, de forma a melhorar o seu sistema administrativo, acelerar a transferência de indústrias e tecnologias para Angola, criar novos postos de emprego e aumentar os ganhos econômicos e sociais. De acordo com as experiências bem sucedidas das empresas brasileiras que estabelecem *joint ventures* com empresas angolanas, estas últimas têm vantagens inigualáveis em termos de custos de fornecimento de máquinas de construção e familiaridade com o mercado local. As empresas chinesas podem tentar alterar a estrutura de capital social e começar a adotar o modelo de *joint venture*, reduzindo, desta forma, os efeitos adversos provocados por auto-fechamento.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho apresenta as características da cooperação da China e do Brasil com Angola no que diz respeito aos motivos de cooperação, modelos de cooperação, áreas de cooperação e práticas das empresas, faz uma comparação entre os pontos comuns e as diferenças dos dois lados, como também analisa as inspirações das práticas brasileiras para a China. Pode-se chegar às seguintes conclusões:

Primeiro, as práticas chinesas e brasileiras em Angola demonstram as características comuns dos países emergentes nas suas cooperações internacionais. Por exemplo, a nível econômico, buscam expandir o seu próprio espaço de desenvolvimento; a nível político, procuram reforçar a Cooperação Sul-Sul; quanto ao princípio de cooperação, defendem a não imposição de condições políticas, atendendo às necessidades de desenvolvimento do mercado de destino. Enquanto isso, também confrontam alguns problemas, nomeadamente a questão de direitos humanos, a proteção ambiental, a não adequação das suas próprias experiências à situação real de Angola, e ainda, as pressões e críticas provenientes da comunidade internacional, especialmente do lado das potências tradicionais.

Segundo, devido às diferenças relacionadas com as condições nacionais, histórias, conceitos e princípios de cooperação com África e os caminhos de desenvolvimento econômico doméstico, existem diferenças evidentes em relação a motivos de cooperação, áreas de cooperação, modelos de cooperação e práticas das empresas na cooperação com Angola. Quanto aos motivos de cooperação, os fatores econômicos ocupam um lugar destacado na cooperação da China, enquanto que os fatores estratégicos predomina a cooperação do Brasil com Angola. No que diz respeito às áreas de cooperação, a cooperação sino-angolana concentra-se em construção de infraestrutura e no setor energético, ao passo que a cooperação Brasil-Angola toma a cooperação técnica como ponto de partida, atuando especialmente nas áreas de agricultura, educação e saúde. Em relação aos atores principais de cooperação, a composição do lado brasileiro é mais diversificada, abrangendo organizações governamentais, instituições de pesquisa científica, organizações não governamentais, etc, enquanto que a cooperação chinesa é orientada principalmente pelo governo. No que tange às

formas de cooperação, a cooperação sino-angolana se baseia essencialmente no bilateralismo, enquanto que na cooperação Brasil-Angola se verifica um paralelismo de práticas bilaterais e trilaterais. No que diz respeito às empresas participantes, as chinesas, especialmente as empresas estatais, possuem vantagens de recursos financeiros e políticas favoráveis, mas são frequentemente criticadas pelo mundo ocidental pela fraca contratação de mãos-de-obra locais e pouca transferência de tecnologias. Neste particular, as empresas brasileiras mantêm um alto grau de localização nas suas operações e têm experiências maduras no uso e gerenciamento dos empregados locais. Por fim, em termos do mecanismo de cooperação, o *Angola Model* aplicado pela China tem vantagem de evitar, a nível burocrático, o desvio de verbas e outras ações de corrupção, enquanto que autonomia concedida ao Governo Angolano no modelo de cooperação Brasil-Angola pode possivelmente aumentar riscos para os empréstimos disponibilizados pelo Brasil.

Terceiro, o desejo do Governo Angolano de reduzir a sua forte dependência das receitas do petróleo e a sua ênfase na diversificação econômica representam grandes desafios para o desenvolvimento sustentável da futura cooperação sino-angolana. Através da comparação entre as cooperações da China e do Brasil com Angola, pode-se ver que a China pode aprender com o Brasil no que diz respeito à conceção e às práticas de cooperação. Por exemplo, na cooperação com Angola, a China deve coordenar as ações nas diferentes áreas para um desenvolvimento em conjunto, prestar mais atenção ao desenvolvimento social de Angola e participar mais nas cooperações multilaterais. É necessário para as empresas chinesas formularem estratégias de desenvolvimento de longo prazo, resolver os problemas relacionados com a língua e as culturas, dar importância à transferência de tecnologias, criar oportunidades de emprego, cumprir responsabilidades sociais, etc. Ademais, ambos os países devem realizar os projetos de cooperação de acordo com as condições locais, bem como fazer supervisão contínua aos projetos concluídos e entregues, a fim de consolidar os resultados da cooperação.

Por fim, é de referir que, até agora, na cooperação com Angola, a China e o Brasil têm sido sempre competidores, sem ter realizado muitas cooperações. Muitos especialistas brasileiros consideram a cooperação sino-angolana como uma ameaça para o Brasil e têm

tecido muitas críticas à cooperação entre a China e Angola, as quais focam essencialmente nos seguintes cinco aspetos: Primeiro, os empréstimos concedidos pela China são responsáveis pela rejeição pelo Governo Angolano dos empréstimos oferecidos pelo FMI, acrescidos de condições de maior transparência e combate à corrupção, adiando desta forma o avanço de melhoramento da governança em Angola; Segundo, os empréstimos concedidos pelo Eximbank da China são um instrumento para garantir o fornecimento estável do petróleo para a China; Terceiro, as obras executadas pelas empresas chinesas são de baixa qualidade; Quarto, as empresas chinesas usam largamente trabalhadores chineses trazidos da China e não contribuem para solução da questão de emprego de Angola; Quinto, as empresas brasileiras, como Odebrecht e Petrobras, estão sendo deslocadas do mercado angolano vítimas da "invasão" chinesa. Embora estas críticas sejam influenciadas em sua maioria pela opinião pública ocidental e não sejam completamente objetivas e justas, refletem, de certo modo, os conflitos e competições entre a China e o Brasil no mercado africano.

Todavia, as características e vantagens da China e do Brasil são precisamente condições que possibilitem cooperações entre os dois países no futuro. No setor da energia tradicional, embora exista uma necessidade emergente da diversificação econômica em Angola, atualmente, o país ainda depende fortemente do petróleo. As empresas petrolíferas chinesas possuem vantagens financeiras e apoios políticos do governo, enquanto que o Brasil possui a tecnologia mais avançada do mundo na exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas. Por conseguinte, se os dois países desenvolverem uma cooperação na exploração do petróleo, ajudará certamente o aumento da produção de Angola.

Outra área com potencial de cooperação é a nova energia, uma vez que Angola tem um clima adequado e terras abundantes para o cultivo de cana-de-açúcar. Desde 2009, Angola propôs o desenvolvimento de energia renovável e colaborou com o Brasil para estabelecer uma empresa de bioenergia para produzir açúcar, etanol e bioeletricidade. O Brasil tem experiência de mais de 30 anos em termos de produção e uso em larga escala de bioenergia, em particular, o uso de etanol, o que fez com que o Brasil se tornasse um dos países do mundo menos dependente das energias fósseis. Nos últimos anos, devido ao uso de energias fósseis na China, a questão da poluição atmosférica já virou um problema social muito sério e o

desenvolvimento e uso de energias alternativas, incluindo bioenergia, tornou-se o foco das discussões no país. Caso a China possa usar seus recursos financeiros e outras vantagens relevantes para desenvolver cooperação trilateral com o Brasil e Angola nesta área, não só pode ajudar a economia angolana a reduzir a dependência excessiva do petróleo, mas também pode diversificar a cooperação com Angola, além de poder aprender as tecnologias avançadas do Brasil alcançando o objetivo final de benefício mútuo.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; RAMPINI, João Marcos. A cooperação brasileira para o desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada. *In*: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (org.). **Política externa brasileira, cooperação Sul-Sul e negociações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 81-112.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Angola**. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Centro de Formação Brasil-Angola**. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CentroFormacaoAngola>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BNDES REABRE empréstimos no exterior para investigadas na Lava Jato. **G1**, Rio de Janeiro, 3 jan. 2017. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/bndes-reabre-emprestimos-no-externo-para-investigadas-na-lava-jato.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de comércio exterior**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cooperação técnica**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica/print-nota>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BRITO, Lana Bauab. **A presença chinesa em Angola: ameaças e oportunidades para o Brasil**. [S.n.e.], 2016.
- CALICH, Ana Paula de Mattos. **O impacto da cooperação sul-sul nos países periféricos: um estudo sobre a presença do Brasil em Angola e Moçambique**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/140510>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- CARDOSO, João Vitor Marques. A cooperação internacional para o desenvolvimento: o Brasil em Angola. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA LATINO-AMERICANA: mapeando a política externa do Cone Sul, 1., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, 2015.
- CHINA COUNCIL FOR THE PROMOTION OF INTERNATIONAL TRADE – CCPIT. Beijing, Nov. 2017. Disponível em: http://www.ccpit.org/Contents/Channel_4117/2018/0111/947804/content_947804.htm. Acesso

em: 13 abr. 2018.

EM DISCURSO inédito, Lula pede que Brasil e África "escrevam juntos sua história". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u589238.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Projetos estruturantes**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/projetos-estruturantes>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GAIO, Gabrieli. Você imaginou, nós construímos: Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação da infraestrutura angolana. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p. 1-55, ago. 2012.

GOMES, Laís Chaves. **A cooperação entre China e Angola**. 2012. Dissertação (Licenciatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GRUPO CHINÊS CITIC moderniza agricultura em Angola. **MacauHub**, Macau, 22 set. 2015. Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2015/09/22/chinese-group-citic-modernises-agriculture-in-angola/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009**. Brasília, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; BANCO MUNDIAL. **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília, 2011.

KRAYCHETE, Elsa Sousa *et al.* **Cooperação Sul-Sul: Angola e Brasil: um primeiro estudo de caso**. [S.n.e.], 2013.

KUNPENG, Xu. Companhia chinesa construirá enorme usina hidrelétrica em Angola. **Xinhua Português**, [s.l.], 7 ago. 2017. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2017-08/07/c_136505545.htm. Acesso em: 2 set. 2017.

LAPORTA, Taís; TREVIZAN, Karina. Empreiteiras encolheram e perderam protagonismo na economia após Lava Jato. **G1**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2017. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/empreiteiras-encolheram-e-perderam-protagonismo-na-economia-apos-lava-jato.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MARTINS, Humberto Falcão, SILVEIRA, Maria Luiza Faraone. **Relatório de avaliação do projeto BRA/98/004: implementação de programas e projetos de CTPD**. Brasília, mar. 2005.

MELO, Vico Dênis Sousa. **Princípio danão-indiferença e o vetor estratégico: política de cooperação horizontal e política externa brasileira para Angola e Moçambique (2003-2010)**.

2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10483>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MONTE, João Bosco. As relações Brasil x Angola: novo modelo de cooperação. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, p. 179-184, 2010.

MORAIS, Hugo André Pires Miranda. **Envolvimento multifacetado da China em Angola**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2960>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PAIN, Rodrigo de Souza. Política externa brasileira para república de Angola: um novo olhar para antigas possibilidades. **Relações Internacionais em Revista**, Curitiba, n. 5, p. 25-48, 2005.

PAUTASSO, Diego. Relações econômicas internacionais entre China e Angola. **Meridiano 47: journal of global studies**, Brasília, v. 10, n. 105, p. 27-29, abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3614>. Acesso em: 15 abr. 2017.

RIZZI, Kamilla Raquel. **Relações Brasil-Angola no pós-guerra fria: os condicionante internos e a via multilateral**. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/7721>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SAPIENTIA. **Importantes parceiros brasileiros na África**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cursosapientia.wordpress.com/2017/05/19/importantes-parceiros-brasileiros-na-africa/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SINA. [S.l.], 22 June 2006. Disponível em: <http://news.sina.com.cn/o/2006-06-22/00259263374s.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2017.

WAISBICH, Laura Trajber; POMEROY, Melissa. Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação Sul-Sul? **Perspectivas do Território**, São Paulo, n. 4, jan. 2016. Disponível em:

https://obs.org.br/comercio-e-investimento/download/86_14a4b630648f43bcb7935504fd085f5b. Acesso em: 15 abr. 2017.

DOCUMENTOS EM LÍNGUA CHINESA

安春英.中国与安哥拉经济合作利弊分析[J]. 西亚非洲, 2008 年第 5 期.

曹光美. 新时期中非合作的现状、问题及对策研究[D]. 华中师范大学硕士学位论文. 武汉: 2011 年 4 月.

陈默. 中国援助的非洲模式及其对非洲发展影响的研究[D]. 上海外国语大学博士学位论文. 上海: 2015 年 6 月.

亢升. 中国与安哥拉石油业的合作风险及规避措施[J]. 西亚非洲, 2010 年第 1 期.

李昭洁. 浅析中国对非援助的“安哥拉模式”[D]. 外交学院硕士学位论文. 北京: 2016 年 5 月.

刘大卫.“安哥拉模式”研究[D]. 上海师范大学硕士学位论文. 上海: 2016 年 11 月.

刘海方. 安哥拉内战后的发展与中安合作反思[J]. 外交评论, 2011 年第 2 期.

刘海方、马婕.“你们不是我们唯一的朋友”—安哥拉视角看“安哥拉模式”[J]. 中国非洲研究评论, 2014.

刘青建, 李源正. 中国与安哥拉经济合作特点探析[J]. 现代国际关系, 2011 年第 7 期.

罗会钧. 中美对非战略的对比与启示[J]. 湘潭大学学报 (哲学社会科学版), 2012 年第 1 期.

吕少飒. 巴西对外援助管理体系及其面临的挑战[J]. 厦门大学国际发展论坛, 2013 年第 10 期.

(南非)晶晶, 马丁. 中国公司进入非洲建筑市场的分析: 安哥拉案例[J]. 西亚非洲, 2008 年第 4 期.

唐露萍. 发展中国家对外援助及其发展—以中国、印度、巴西为例[D]. 厦门大学硕士学位论文. 厦门: 2014 年 5 月.

唐晓阳. 评析中国与安哥拉经济合作的新模式[J]. 西亚非洲, 2010 年第 7 期.

汪峰. 中国在安哥拉投资开发石油资源的现状及发展策略[J]. 战略决策研究, 2015 年第 1 期.

王宁. 内战结束后安哥拉与巴西经贸进程研究[D]. 浙江师范大学硕士学位论文. 浙江: 2012 年 6 月.

王心志. 金砖四国对外援助比较研究[D]. 华东师范大学硕士学位论文. 上海: 2014 年 5 月.

-
- 王玉红. 和合发展：中国对非洲援助研究[D]. 吉林大学博士学位论文. 吉林：2012年12月.
- 吴婧. 巴西和非洲关系对我国的启示[J]. 拉丁美洲研究, 2013年6月.
- 杨昆鹏. 能源外交视角中的中国与安哥拉关系[D]. 外交学院硕士学位论文. 北京：2009年6月.
- 张忠祥. 21世纪以来金砖国家与非洲—兼论中国的战略选择[J]. 学术前沿, 2014年8月.
- 中国进出口银行公司一部. “安哥拉模式”：四两拨千斤[J]. 中国外汇, 2009年第9期.
- 周志伟. 新世纪以来的巴西对非政策：目标、手段及效果[J]. 西亚非洲, 2014年第1期.